

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

**IDENTIDADE E AFIRMAÇÃO: A RELAÇÃO DA MULHER NEGRA COM O CABELO
CRESPO**

JÉSSICA CAMPOS MARTINS

JUIZ DE FORA
2016

JÉSSICA CAMPOS MARTINS

IDENTIDADE E AFIRMAÇÃO: A RELAÇÃO DA MULHER NEGRA COM O CABELO
CRESPO

Monografia apresentada pelo(a) acadêmico(a)
Jéssica Campos Martins ao curso de Administração
da Universidade Federal de Juiz de Fora, como
requisito para obtenção do título de Bacharel em
Administração.

Orientador: Prof(a). Virgílio César da Silva e Oliveira

JUIZ DE FORA
FACC/UFJF
2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, aos Orixás e guias espirituais por terem me dedicado suas bênçãos e proteções durante todo o percurso dessa graduação. Vocês foram o amparo e a força que eu busquei nos momentos de dificuldade e serão os primeiros a quem dedicarei meu amor e agradecimento.

Agradeço imensamente à minha mãe Cleonice e a minha avó Maria Imaculada pelo apoio financeiro e emocional para que fosse possível concluir esta caminhada, que além de longa, por inúmeras vezes se mostrou difícil e graças a elas eu permaneci nessa árdua jornada. Foi por elas e pelas minhas ancestrais que prossegui, afinal, “nossos passos vem de longe...”.

Agradeço às companheiras do Coletivo Feminista Terra Roxa, do Coletivo PretAção e da Candaces – Organização de Mulheres Negras e Conhecimento, grupos onde pude ao longo dos últimos anos, militar, fazer formação, trabalho de base, compartilhar conhecimentos, aprender e cerrar fileiras na luta pela emancipação das mulheres, no geral e das mulheres negras, em particular.

Agradeço ao meu amigo Felipe, por se mostrado sempre um ombro onde eu possa recorrer para dividir alegrias e tristezas. Neste momento de alegria, portanto, agradeço a você por se fazer presente sempre quando necessário.

Dedico também agradecimentos ao querido Virgílio pela orientação dedicada e empática. Não tenho dúvidas de que fiz a escolha certa quando escolhi bater na porta do seu gabinete para pedir que me orientasse. Sem dúvidas essa escolha foi fruto da oportunidade que tive de pesquisar mulheres negras ainda na sua disciplina de Metodologia de Pesquisa, porém, sua disposição a me ouvir e aprender sobre a temática racial foi o que me permitiu ter a certeza de que fiz a melhor escolha possível.

Agradeço também as companheiras Jerusa e Kátia, pela oportunidade de dividir com vocês os caminhos que iriam delinear o que hoje se materializa através desse trabalho de conclusão de curso. Kátia por me acolher nos momentos de cansaço e desabafo, Jerusa por ser em alguns momentos co-orientadora desta pesquisa e também por revisar mais de uma vez este trabalho. Desejo a vocês toda sorte do mundo, todo axé e que vocês se realizem na profissão que escolheram.

Por fim, agradeço a todos e a cada um que de alguma forma contribuiu para que eu hoje pudesse de maneira satisfatória colocar o ponto final na última página deste presente trabalho.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio.

Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Juiz de Fora, _____ de Dezembro de 2016.

Jéssica Campos Martins

¹ LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

² Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

**ATA DE DEFESA DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Ao 5º dia do mês de dezembro de 2016, nas dependências da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, reuniu-se a banca examinadora formada pelos professores abaixo assinados para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso de Jéssica Campos Martins, discente regularmente matriculado(a) no Bacharelado em Administração sob o número 201226017, intitulado Identidade e afirmação: a relação da mulher negra com o cabelo crespo.

Após a apresentação e consequente deliberação, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada, considerando o (a) discente APROVADA (aprovado(a)/reprovado(a)). Tal conceito deverá ser lançado em seu histórico escolar quando da entrega da versão definitiva do trabalho, impressa e em meio digital.

Juiz de Fora, 05 de dezembro de 2016.

Resolvido.

Prof. Virgílio César da Silva e Oliveira
Orientador(a)

Prof. Giane Elisa Sales de Almeida

Maria Galde de Oliveira
Maria Elizabete de Oliveira

LISTA DE ABREVIATURAS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	IPEA
Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios	PNAD
População Economicamente Ativa	PEA

LISTA DE QUADROS

1 Perfil Socioeconômico das Entrevistadas.....	45
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

1 Participação na posição ocupacional empregadores – Brasil (1995-2009).....	23
--	----

RESUMO

O objetivo desta pesquisa, cujo tema é a relação da mulher negra com o cabelo crespo, é analisar quais são os motivos que levam a mulher negra a deixar de alisar o cabelo, assumindo seu cabelo natural, e discutir quais as consequências sociais percebidas a partir desse processo. Para isso, foi realizado um levantamento sobre a condição social, histórica e econômica da mulher negra no Brasil por meio de pesquisas realizadas pelo IPEA no ano de 2011. Em seguida, o trabalho de Gomes (2008) serviu de base para a discussão acerca do cabelo crespo e seu lugar no corpo negro. A coleta de dados da pesquisa foi realizada por meio de entrevista semiestruturada com 10 mulheres negras que assumiram seus cabelos crespos naturais. Cinco delas estão organizadas em algum movimento social, seja feminista ou movimento negro e as outras cinco não apresentam nenhum engajamento político. A conclusão da pesquisa caminhou para a constatação de mulheres negras deixam de alisar o cabelo já na fase adulta da vida, depois de terem contato com a discussão racial e a afirmação identitária realizada nas redes sociais ou nos grupos de militância aos quais se filiam ou simplesmente depois de se decepcionarem com o resultado dos procedimentos químicos realizados no cabelo. As consequências sociais percebidas a partir deste ato seriam: a reação negativa das pessoas com relação ao aspecto de seu cabelo natural, crespo e volumoso; a oportunidade de inspirar outras mulheres negras a também assumirem seus cabelos crespos naturais e; o preconceito no mercado de trabalho com relação a aparência de seus cabelos. Mesmo com a existência de políticas afirmativas e a discussão acerca da questão racial, a sociedade brasileira ainda não convive bem com a presença de um corpo negro e suas características. Dessa forma, o cabelo crespo não pode ser pensado ou analisado, no caso desta pesquisa, fora do contexto racial brasileiro.

Palavras-chave: Cabelo Crespo. Mulher Negra. Questão Racial. Branqueamento. Embranqueamento Cultural.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	6
LISTA DE QUADROS.....	7
LISTA DE GRÁFICOS	8
RESUMO.....	9
1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 QUESTÃO RACIAL NO BRASIL	13
2.1.1 Dimensão histórica.....	13
2.1.1.1 A Classificação Racial Brasileira.....	13
2.1.1.2 O Racismo Biológico	15
2.1.1.3 Política De Branqueamento	17
2.1.1.4 Mito Da Democracia Racial.....	18
2.1.2 Dimensão socioeconômica.....	21
2.1.3 O negro e o mercado de trabalho	22
2.2 BRANQUEAMENTO CULTURAL.....	30
2.2.1 As representações sobre o negro	30
2.2.2 Branqueamento cultural e resignação	32
2.2.3 Branqueamento cultural e mercado de trabalho.....	33
2.3 O CABELO COMO FATOR DE IDENTIDADE DA MULHER NEGRA	34
2.3.1 Cabelo Crespo E O Conflito Rejeição/Aceitação	38
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	40
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
6 REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICE: ROTEIRO DE ENTREVISTA	

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo entender quais são as motivações que levam mulheres negras a deixar de alisar o cabelo e quais as implicações subjetivas e objetivas deste ato. Para isso, tem-se como objetivo principal analisar quais são os motivos que levam a mulher negra a deixar de alisar o cabelo, assumindo seu cabelo natural, e quais consequências sociais percebidas a partir desse processo. Dessa forma, é possível dividir esse objetivo mais geral em três específicos, que seriam: a) entender o significado do alisamento do cabelo, na perspectiva da mulher negra; b) compreender as razões que as levam a deixar de alisar o cabelo e c) analisar, de acordo com suas percepções, as implicações sociais deste ato.

A pertinência deste trabalho se revela no fato de que o cabelo crespo é um dos marcadores fenotípicos que será usado para distinguir quem é negro e quem é branco dentro da sociedade brasileira. Portanto, é parte integrante da discussão acerca da questão racial no Brasil. É pertinente, também, pois favorece a compreensão de processos silenciosos que atentam contra a identidade de muitos indivíduos, sugerindo na família, na escola e, posteriormente, no mundo do trabalho padrões supostamente adequados de apresentação estética. Dessa forma, entender as motivações que levam as mulheres negras a deixar de alisar o cabelo e quais as consequências geradas a partir deste ato, podem legitimar a ideia de que o uso do cabelo crespo natural é também um instrumento de resistência ao branqueamento. Haja vista que desde o período pós-abolição o governo brasileiro tinha um desejo de clarear o país, seja através do incentivo à imigração europeia, seja não promovendo condições satisfatórias para a integração social da população negra, que até hoje sofre as consequências desse processo desprivilegiado de construção sociohistórica.

Tendo sempre o referencial branco como positivo, aqueles que não se enquadram nesse perfil estético e identitário sofrem desde a infância, ainda no ambiente escolar, um processo de degradação de sua autoestima.

Além desta introdução, o presente trabalho se encontra dividido nas seguintes seções: Referencial Teórico, onde foi possível apresentar a questão racial no Brasil em suas dimensões histórica e socioeconômica e também a posição da população negra no mercado de trabalho. A mesma seção irá analisar os aspectos do Branqueamento Cultural como forma de mascaramento da identidade negra e em seguida será apresentado o cabelo crespo como fator identitário para a mulher negra. Na seção 3, referente aos procedimentos metodológicos, serão apresentados quais os percursos utilizados para a realização da coleta de dados para este trabalho, bem como a descrição

do tipo de pesquisa, a escolha e o perfil das entrevistadas, para que na seção seguinte, de resultados e discussão, fosse possível trazer as falas das entrevistadas que corroboram com boa parte do que foi discutido no referencial teórico e também aquelas que apontam divergências com relação ao que foi dito através da literatura consultada. Na seção 5, de Considerações Finais será apresentada a conclusão a que se chegou nesta pesquisa após confrontar os dados advindos do campo do aqueles já analisados a partir da pesquisa bibliográfica, e por fim a última seção apresenta as referências bibliográficas consultadas para a realização desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

Nesta seção discute-se a questão racial no Brasil através de suas dimensões histórica, socioeconômica e a condição do negro no mercado de trabalho.

2.1.1 Dimensão histórica

A respeito das condições históricas que foram delineando a estrutura racial do país temos como fatores condicionantes o processo de escravização dos negros, o processo de classificação racial brasileira, as teorias racistas do século XIX, a política de branqueamento e o mito da democracia racial, que serão apresentadas neste logo adiante.

Considerando a construção histórica do racismo brasileiro, no caso dos negros, o que difere é que a esse segmento racial foi relegado estar no polo daquele que sofre o processo de dominação política, econômica e cultural e ao branco foi relegado o privilégio estar no polo dominante.

A respeito do processo de escravização dos negros e sua relação com o que é hoje a estrutura racial brasileira, PAIXÃO (2008) revela que:

“A complexidade das relações raciais na sociedade brasileira foi construída com base no processo de escravização do negro. Isto foi o que criou, ao longo de séculos de história, tanto no escravizado quanto no escravocrata, representações sociais e experiências de subalternidade que são, do ponto de vista individual, de uma fundura simbólica imensa, e que produzem, do ponto de vista social, um engessamento de lugares e de hegemonia”. (PAIXÃO, 2008, p.28)

Mais adiante será apresentado um tópico que se destina a explicar como essas representações sociais acerca do negro foram construídas e consolidadas ao longo do tempo, determinando os lugares sociais que os negros iriam ocupar na sociedade brasileira.

2.1.1.1 A Classificação Racial Brasileira

No início do século XX, o Brasil exibia um complexo sistema de classificação racial de natureza pluralista ou multirracial, em contraste com o sistema rigidamente birracial dos Estados Unidos. O Brasil nunca teve um sistema birracial rígido, já dizia o historiador Thomas Skidmore,

em 1982:

“A cor da pele, a textura do cabelo, e outros sinais físicos visíveis determinavam a categoria racial em que a pessoa era colocada. A soma total das características físicas (o fenótipo) era o fator determinante”. (SKIDMORE, 1982, p.55).

A classificação racial brasileira tem suas particularidades. Diferente do contexto norte-americano, onde apenas uma gota de sangue é suficiente para determinar quem é negro e quem é branco. No Brasil ainda existem brechas para a dúvida ou contestação acerca da identidade racial dos indivíduos.

“O fato de que o país tivesse escapado à rígida aplicação da “regra de ascendência”, pela qual os antepassados e não a aparência física (a não ser quando a pessoa pode “passar” por branca) determina a classificação racial, não deve ser exagerado. As origens podiam ainda ser tidas por relevantes uma vez que os mestiços – em ascensão social - davam-se a grande trabalho para esconder os seus ascendentes fenotípicos. [...] Os limites sociais da sua mobilidade dependiam sem dúvida da aparência (quanto mais “negroide”, menos móvel) e do grau de “brancura” cultural (educação, maneiras, riqueza) que era capaz de atingir”. (SKIDMORE, 1982, p.56).

Sendo assim, o fato de pessoas serem filhos de pai ou mãe branca, abre precedente para que sua negritude seja deslegitimada, de acordo com a conveniência do próprio indivíduo ou daqueles que o apontam como sendo não-negro. E no Brasil, quanto mais próximo do fenótipo branco-eurocêntrico, mais chances de ascender socialmente, de circular em ambientes embranquecidos e neles ser aceito.

Pode-se, a partir disso, dizer que o “mulato” foi a figura central da “democracia racial” brasileira, mito que será mencionado e problematizado logo adiante.

Outro dado importante a ser considerado a respeito do período analisado, é que antes mesmo da Abolição, o Brasil já tinha um grande número de homens livres de cor, mesmo sendo os escravos ainda em maior número no Brasil do século XVII, o número de negros livres era significativo. De acordo com o autor, devido a existência desse numeroso contingente de negros já libertos, quando veio a abolição, o Brasil já estava familiarizado/ habituado com sua presença e conviviam com a possibilidade de mobilidade e ascensão social por parte destes:

“Branco jamais constituíram maioria em nenhum lugar do Brasil até que a imigração veio alterar radicalmente o equilíbrio racial nos estados do Sul e do Centro-Sul”. [...] portanto, a relativa ausência de regionalismo no Brasil ajudou a produzir um sistema multirracial. A escravidão tornou-se uma instituição regional nos Estados Unidos, enquanto que no Brasil foi verdadeiramente nacional[...] Ao tempo em que começou a campanha da abolição, a população escrava nacional estava concentrada nas três maiores províncias produtoras de café, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro”. (SKIDMORE, 1982, p58-59)

É essencial compreender que essa sociedade multirracial brasileira se apoiava em premissas implicitamente racistas. Os brasileiros em geral tinham fixada a ideia de que “quanto mais branco melhor”, o que levava naturalmente a um ideal de branqueamento, que teve expressão nas teorias racistas.

E esse ideal parece ter se materializado na prática cotidiana dos brasileiros à época. Primeiro através do estímulo governamental à imigração europeia. A partir de 1890, três milhões de europeus radicaram-se no Brasil. As leis de 1890 proibiam a imigração de africanos e asiáticos. Segundo, porque devido às miseráveis condições de vida e ao desequilíbrio no que se refere à predominância de escravos do sexo masculino que ingressaram no Brasil (os escravos importados até 1850, quando cessou o tráfico negreiro no país, eram em sua maioria homens), a taxa de natalidade entre os negros caiu.

Finalmente podemos falar do efeito do “branqueamento” naquela época: a miscigenação, desde que esta cumprisse o objetivo almejado, que era ter o gene branco como dominante nesses cruzamentos. Ademais, durante o período alto do pensamento racial, a ideologia do “branqueamento ganhou legitimidade científica através das teorias raciais, e empenho da elite a favor de um Brasil mais branco.

2.1.1.2 O Racismo Biológico

A respeito do Racismo biológico emergiram três escolas de pensamento raciais a partir de 1860. A primeira foi a escola etnológico-biológica, sistematizada nos Estados Unidos nas décadas de 1840 e 1850. “A base de seu argumento era que a pretendida inferioridade das raças – índia e negra – podia ser correlacionada com suas diferenças físicas em relação aos brancos” (SKIDMORE, 1982). Essa teoria ganhou apoio de Louis Agassiz, “o eminente zoólogo suíço, de Harvard, que se tornou o mais famoso propugnador científico da poligenia na América (SKIDMORE, 1982).

A segunda foi a escola histórica, que emergiu nos Estados Unidos e Europa e foi muito influente no Brasil trazendo o culto ao arianismo, considerando que as raças humanas podiam ser diferentes umas das outras, mas com a branca permanecendo superior. Com isso, acreditava-se que o “ariano” havia atingido o mais alto grau de civilização e estava destinado, deterministicamente, pela natureza e pela História, a ganhar o crescente controle do mundo” (SKIDMORE, 1982). O Brasil era vulnerável às doutrinas racistas que vinham do exterior. A teoria da superioridade ariana

foi aceita pela elite intelectual brasileira entre 1888 e 1914 como, de fato, determinismo histórico.

E a terceira escola de pensamento racista era o darwinismo social que advogava que se a evolução resultava da “sobrevivência dos mais aptos”, numa competição entre diversas espécies, logicamente as diferentes raças tinham passado por semelhante processo evolutivo. Disso, as raças “superiores” haviam predominado, fazendo com que as raças “inferiores” estivessem fadadas a desaparecer. Portanto, darwinistas sociais descreviam os negros como “espécie incipiente” (SKIDMORE, 1982).

O primeiro estudo etnográfico rigoroso sobre o afro-brasileiro veio de um professor de medicina originário da prestigiosa faculdade da Bahia. No começo da década de 1890, Nina Rodrigues, jovem doutor “mulato” tornou-se o principal doutrinador racista brasileiro de sua época e aplicava a teoria da inferioridade racial diretamente ao seu trabalho de medicina-legal. Dizia que as características raciais inatas afetavam o comportamento social e deveriam ser levadas em conta por legisladores e autoridades policiais.

“Explicava Nina Rodrigues que a inferioridade do africano fora estabelecida fora de qualquer dúvida científica. Em 1894, desprezou como sentimental a noção de que um “representante das raças inferiores” pudessem atingir através da inteligência, “o elevado grau a que chegaram as raças superiores”. Em 1905, estava disposto a admitir que os cientistas não conseguiam decidir se a inferioridade do negro era inata ou transitória. Mesmo que a hipótese da inferioridade transitória fosse verdadeira em tese, a civilização europeia progredia rapidamente demais para ser testada na prática.” (SKIDMORE, 1982, p.75).

Quando Nina Rodrigues morreu, em 1906, a genética ainda não era uma ciência muito desenvolvida, e os cientistas da época ainda discutiam se os cruzamentos entre raças diferentes produziriam “híbridos vigorosos ou degenerados físicos”. “Nina Rodrigues inclinava-se para essa última posição” (SKIDMORE, 1982, p.77). Nesta linha ideológica de qualificação dos cidadãos, negros, índios, mestiços e “mulatos” são considerados inferiores aos brancos.

Veremos mais a frente que Gilberto Freyre, em 1933, tentou romper com essa ideologia racial discriminatória, mostrando o quão importante era a multiracialidade e o mestiço na classificação racial do Brasil à época para testemunhar a harmonia entre as raças.

Essa associação do negro com o lugar do escravo, lugar de degenerescência, da coisa e da mercadoria parece persistir no imaginário social brasileiro, atingindo a vida de negros e brancos. Haja vista, a definição da palavra *negro* no dicionário Aurélio de língua portuguesa, cujo significado inclui, além de cor negra, negrura, preto, escuro, também sombrio, triste, fúnebre,

tétrico, nefando. Essa associação é introjetada inconscientemente por uma parcela significativa de negros e negras da atualidade (GOMES,2008) o que contribuiu para fortalecer dentro do inconsciente destes o desejo de ser branco.

2.1.1.3 Política De Branqueamento

A política de branqueamento vigente no Brasil no final do século XIX legitimava o eurocentrismo, apoiando-se em duas condições: imigração europeia em massa, subsidiada pelo Estado, e cultivo do ideal de branqueamento (FERREIRA, 2002, p.74). Nessa direção, a ideia do branqueamento foi defendida, no início do século XX, por vários cientistas e representantes da intelectualidade brasileira.

A teoria do “branqueamento” aceita pela maior parte da elite brasileira no período entre 1889 e 1914 baseava-se na presunção da superioridade racial branca. A suposição inicial juntava-se a mais duas: primeiro, que a população negra diminuía em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa entre os negros, a menor expectativa de vida da população negra e segundo, que a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara. Por fim, a imigração europeia reforçaria a resultante predominância branca, tentativa de eliminar pretos e pardos pela infusão de sangue branco.

“Obviamente, a conclusão otimista dessa análise racial repousava sobre uma afirmação chave: a de que a miscigenação não produzia inevitavelmente “degenerados”, mas uma população mestiça sadia capaz de tornar-se sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente. Essa opinião foi recebida com muito louvor pela ciência da época, através do diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda, que foi o único latino-americano a apresentar um relatório no I Congresso Universal de raças, em Londres em 1911”. (SKIDMORE, 1982, p.81).

Lacerda estimava que em cem anos o Brasil estaria completamente branco, projetando essa composição racial brasileira até o ano 2012. Ou seja, dado um século a partir de sua projeção, o Brasil seria um país de brancos.

Em 1921, dois deputados federais apresentaram o Projeto de Lei nº 209 que proibia “a imigração de indivíduos humanos de raças de cor preta”. Mesmo parecendo uma manifestação clara de racismo, uma política que legitimava o preconceito racial, por 94 votos contra 19, a Câmara dos Deputados admitiu o projeto para debate e enviou-o às comissões especializadas.

O projeto ficou esquecido por lá, mas a ideia não. Em 1923 foi apresentado uma nova versão,

ligeiramente diferente do projeto 209 pelo deputado federal Fidélis Reis. Fazendo referência a lei imigratória norte-americana, o Artigo 5 da aludida lei limitava a entrada de qualquer colono da “raça preta” a uma cota anual de até 3% da quantidade de orientais que já estavam naquela época radicados no Brasil.

Reis tinha a preocupação de que o branqueamento não estivesse assegurado a partir dessas políticas imigratórias, pois o mestiço não era, na visão dele, uma evidência de melhoria racial. Enquanto isso, outros deputados expressavam fé no mestiço como intermediário do processo de branqueamento.

Em 1934, uma Assembleia Constituinte se reuniu para fazer uma nova Constituição que incluía uma política de imigração que adotava o princípio de cotas nacionais. O artigo dizia, entre outras coisas, que “A entrada de imigrantes no território nacional sofreria restrições necessárias a garantir a integração étnica do imigrante”.

Diante desse quadro, podemos concluir que para além de um ideal nacional, o branqueamento foi durante o final do século XIX e início do XX uma política nacional, respaldada por leis e decretos, apesar de, desde a independência do Brasil, em 1822, ter-se iniciado o processo de imigração europeia. A política ficou para trás, mas o ideal permanece até hoje no imaginário social brasileiro.

Também a política de branqueamento e seu ideal que sobrevive até hoje, favorece os mecanismos de tornar o Brasil um país miscigenado e mascarar o preconceito racial.

2.1.1.4 Mito Da Democracia Racial

A crença de que, no Brasil, vive-se uma 'democracia racial' dada a identidade nacional ser fruto da mistura de três raças: o branco, o índio e o negro foi difundida no país e no exterior através da obra "Casa Grande e Senzala" de Gilberto Freyre. A contribuição de Gilberto Freyre foi sua pesquisa sobre a formação do povo brasileiro durante o período colonial.

Freyre mostra que o Brasil, desde o início de sua colonização foi um caldeirão de mistura racial, onde miscigenaram-se brancos e negros, índios e brancos, negros e índios e desta miscigenação toda gerou o mestiço, figura importante dessa chamada “democracia racial”.

No entanto, o cruzamento entre as raças nem sempre ocorrera de forma pacífica e respeitosa aqui no Brasil durante o período colonial. Ocorreram momentos em que o colonizador, com requintes de sadomasoquismo, explorou e oprimiu mulheres africanas e indígenas. Dessa forma, a

miscigenação não foi apenas resultado de uma prazerosa confraternização entre as raças, mas foi também consequência de uma intensa exploração sexual realizada pelo homem branco. E mais, a ideologia de Gilberto Freyre chegou a inibir, durante algum tempo, a atuação de movimentos de luta pela igualdade racial no Brasil, visto que algo que é negado não pode ser combatido.

Em resumo, o mito da democracia racial é a ideia equivocada de que no Brasil não existe preconceito racial, por ser um país miscigenado, onde há a mistura das raças. Porém, a realidade parece estar bem distante desta divulgada por Freyre. Somos cotidianamente confrontados por situações de discriminação racial explícitas e sutis, e o fato de sermos um país mestiço não nos exime desse problema estrutural, arraigado em nossa sociedade. Constitui-se a partir desse mito, o racismo silencioso, velado e naturalizado.

O preconceito contra a população negra, em função de um mito que o nega, torna-se difícil de ser compreendido e combatido. Há mecanismos subliminares de encobertamento permeados por um aparente tratamento cordial, desenvolvendo a crença de que a discriminação racial não existe (FERREIRA, 1999a, 2000 apud FERREIRA 2002, p.70). Assim, no Brasil, o preconceito não é abertamente afirmado, dificultando a elaboração de leis que favoreçam sua reversão. A ideologia de que vivemos num país em que as diferenças são aceitas e valorizadas, 'um verdadeiro exemplo para as outras nações', encobre o problema (FERREIRA, 1999a, 2000 apud FERREIRA 2002, p.71).

Não se pode alegar a existência efetiva de uma democracia racial num país onde existe discriminação e exclusão racial.

Neste trabalho, o conceito de raça será utilizado como uma categoria socialmente construída, empregada para informar como determinadas características fenotípicas como cor da pele, textura de cabelos, formato de lábios e nariz influenciam a classificação racial no contexto brasileiro. Quando abordamos o termo raça, estamos falando de uma categoria socialmente construída a partir de referências sociais, culturais e históricas, baseada em diferenças físicas, ascendência genealógica e na cor da pele para hierarquizar seres humanos, determinando qual a posição desses indivíduos na estrutura social. SOUZA(1983) nos traz que:

“A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior.” (SOUZA, 1983, p.19)

Segundo a autora, foi criado todo um conjunto de atribuições negativas aos negros com o objetivo de manter a participação social desta população nos mesmos limites estreitos da antiga

ordem social. (SOUZA, 1983). E acrescenta que:

“Apesar de estar fundamentada em qualidades biológicas, principalmente a cor da pele, raça sempre foi definida no Brasil em termos de atributo compartilhado por um determinado grupo social, tendo em comum uma mesma graduação social, um mesmo contingente de prestígio e a mesma bagagem de valores culturais.” (SOUZA, 1983, p 20)

Indo de encontro ao ideal de branqueamento, para se furtar da posição social desprestigiada, muitos negros e negras tendem a lançar mão de subterfúgios para camuflar seu pertencimento racial. Temos como exemplo aqueles negros e negras que oscilam no momento da autodeclaração racial. No Brasil, entre os dois polos preto-branco temos um gradiente de cores que variam do “pardo” ao “moreno”, passando pelo “moreno-claro”, “moreno-escuro”, “marrom”, entre outros.

Para muitos negros, é preciso passar por um longo processo de aceitação até começar a se autodeclarar negro nas pesquisas e censos. O racismo certamente contribui para constranger a identificação racial da população negra.

Neuza Santos SOUZA (1983) justifica a classificação racial no Brasil como sendo influenciada pelo racismo brasileiro e também pela estrutura de classe. Logo, para ela, quanto mais próximo o negro esteja da classe dominante em termos de poder aquisitivo, “mais claro” esse negro estaria.

“Nas sociedades de classes multirraciais e racistas como o Brasil, a raça exerce funções simbólicas (valorativas e estratificadoras). A categoria racial possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classe, conforme pertençam ou estejam mais próximos dos padrões raciais da classe/raça dominante” (SOUZA, 1983, p 20).

Hoje, na classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estão inseridos no seguimento negro pessoas que se autodeclarem pretas ou pardas. E o racismo ajuda a construir o imaginário social que vai influenciar esta autonegação. Pessoas que interiorizam o racismo tendem a se autodeclararem como sendo mais claras, já aquelas que tem seu pertencimento racial bem resolvido tendem a reafirmá-lo no momento dessa escolha.

Em pesquisa realizada em 2013 foi percebido que a população autodeclarada preta do país cresceu 2,2 pontos percentuais, passando de 5,9% do total de brasileiros em 2004, para 8,1% em 2013, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios (PNAD). Ressalta-se que o uso do termo preto é reconhecido como terminologia oficial da pesquisa do IBGE e o grupo mais genérico “negros” reúne as cores “preta” e “parda”.

Esse aumento pode ter relação com as políticas de autoafirmação levando as pessoas a terem uma consciência maior sobre sua cor, ou ainda a política de cotas que pode também ter influenciado nessa autodeclaração.

Considerando todos os fatores condicionantes até aqui apresentados cria-se condições para seguir a argumentação sobre como os percursos históricos levaram os negros às piores condições de vida do pós-Abolição até os dias de hoje. A herança deixada pelas teorias racistas, pela escravidão, pela falsa democracia racial e ideal de branqueamento que ainda persistem, criam condições desfavoráveis para a existência dos negros na sociedade brasileira e acabam forçando sua permanência nesses lugares de subalternidade.

2.1.2 Dimensão socioeconômica

Neste tópico objetiva-se apresentar dados referentes à condição socioeconômica dos negros e negras brasileiros. Muito dessa condição social e econômica foi e ainda é determinado pelas condições históricas que foram até aqui apresentadas. Aos negros foram relegadas as piores condições de vida, os empregos subalternos e informais, o limitado acesso à educação e à qualificação profissional.

No que se refere à distribuição populacional entre os sexos, as mulheres são ligeira maioria, correspondem a 51,3% da população; mulheres brancas e negras representam 52,5% e 50,2% de seus respectivos grupos raciais (IBGE, 2009). E conforme o Censo Demográfico de 2010, a população brasileira, com 190.755.799 habitantes, é composta por 50,74% de pretos e pardos.

O Censo Demográfico de 2010 apontou aquilo que a pesquisa apresentada pela PNAD desde 2006 já vinha mostrando: mais pessoas autodeclaradas negras no Brasil. Maioria no século XIX, a população negra perdeu representatividade no contexto demográfico nacional com o grande fluxo de imigração europeia durante a vigência da política de branqueamento no início do século XX.

Retomando aqui algumas considerações já realizadas, no período onde a política de branqueamento do país era fomentada pelo estado brasileiro, o forte incentivo à imigração europeia trouxe um significativo contingente de imigrantes brancos para o país, em especial os de nacionalidade portuguesa, italiana e espanhola. Já a mudança apresentada pela PNAD se deve provavelmente à maior consciência racial das pessoas que vem se autodeclarando pretas ou pardas nos censos demográficos. “Este fenômeno, por sua vez, tem sido relacionado ao crescente debate sobre a questão racial, à influência dos movimentos de combate ao racismo e valorização da matriz

africana e aos avanços das políticas de ação afirmativa (IPEA, 2011a; 2010)."

"A análise realizada pelos sociólogos Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (2005) permite compreender o processo de transmissão intergeracional da desigualdade social. Segundo esses autores, o processo cumulativo de desvantagens, associado à discriminação no decorrer da sua trajetória de vida, é o que caracteriza as desigualdades no Brasil. Ou seja, os determinantes das desigualdades devem ser observados levando-se em conta os chamados fatores produtivos (por exemplo, educação e experiência), mas os fatores não produtivos, como sexo, região e cor da pele também devem ser enfatizados correspondendo aos fenômenos de discriminação e de segmentação."(IPEA,2013, p.58)

De acordo com os autores supracitados, atributos de raça e gênero implicam em desvantagens históricas para determinados grupos sociais e atuam de maneira decisiva na definição da posição social desses indivíduos ao longo de suas vidas. Objetiva-se aqui observar em que medida a sobreposição desses atributos tem configurado o perfil socioeconômico do grupo de mulheres negras.

Em 2013, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), analisou os dados considerando a série histórica da PNAD entre os anos de 1995 a 2009. O período recortado se refere à um período de grande discussão em torno de políticas públicas voltadas para a população negra do país, postas no âmbito nacional pela Marcha Zumbi dos Palmares, em novembro de 1995, durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

As políticas públicas apresentadas pela Conferência de Durban, em 2001 no âmbito internacional foram oficialmente institucionalizadas através da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, órgão criado na primeira gestão do governo Lula. Também foi criada a Secretaria de Políticas para Mulheres, em 2003. Assim, a temática das desigualdades raciais e de gênero foram ganhando certa visibilidade no âmbito político, nos meios de comunicação e nas universidades.

2.1.3 O negro e o mercado de trabalho

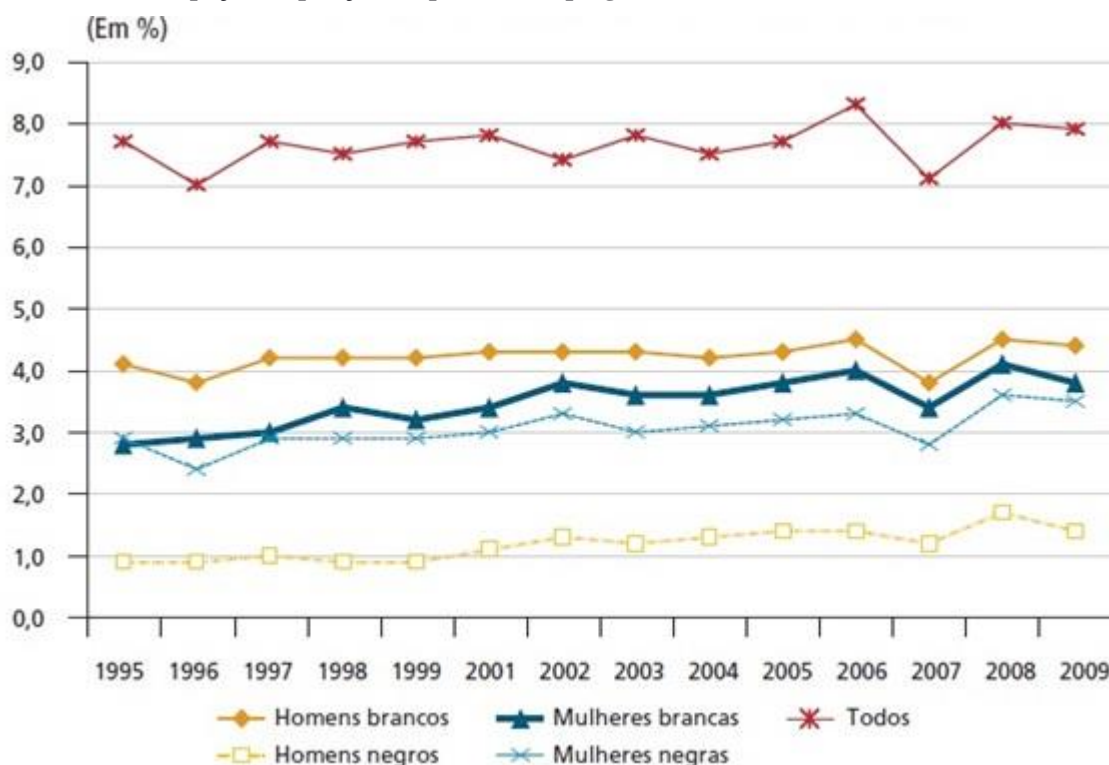
Neste tópico objetiva-se realizar um mapeamento das condições de inserção da população negra no mercado de trabalho brasileiro. Como se formam os vínculos empregatícios dessa população? Quais postos de trabalho ocupam? Sob qual remuneração e contrato de trabalho?

Conforme apresentado no Dossiê sobre mulheres negras do IPEA, "ainda persistem padrões diferenciados de participação na educação e no mercado de trabalho que afetam de forma específica as mulheres, os negros e, em especial, as mulheres negras" (IPEA, 2013, p. 54).

De acordo com a pesquisa realizada em 2013 pelo Instituto, no que diz respeito à qualidade dos vínculos empregatícios, o emprego com carteira assinada aumentou para os quatro grupos considerados - homens e mulheres, negros e brancos. Ainda de acordo com a pesquisa, cerca de 42,7% dos homens brancos estão nesta categoria de emprego com carteira assinada, enquanto, no polo oposto, estão as mulheres negras com cerca de 24,8%, considerando o ano de 2009. Nos segmentos intermediários, constam os homens negros com 36,9% e as mulheres brancas com 35,4%. Esses dados a princípio nos sugerem que mulheres negras tem menor participação na categoria emprego com carteira assinada e que o segmento masculino da população, mesmo estudando menos, tem maior acesso aos empregos estáveis e com maior proteção social.

Na categoria empregador, que envolve propriedade e posição de comando, permanecem os homens brancos, mostrando como as relações de poder e os traços patriarcais, machistas e racistas vem se perpetuando ao longo do tempo na sociedade e atuando na manutenção deste grupo racial no topo da pirâmide conforme o gráfico 1 apresenta:

Gráfico 1: Participação na posição ocupacional empregadores – Brasil (1995-2009)



FONTE: IPEA(2013)

Notamos a partir do gráfico 1 que os homens brancos são 7,9% da categoria empregador,

seguidos das mulheres brancas, representando 3,8%. Os homens negros vêm em seguida com uma participação próxima a 3,5% e as mulheres negras representando apenas 1,4% nessa categoria. E esse panorama quase não se alterou entre os anos de 1999 e 2005, permanecendo os homens brancos com maior representatividade na categoria empregadores do país.

A respeito das ocupações de posições de menor prestígio e remuneração, as mulheres negras estão sobrerrepresentadas no trabalho doméstico - 57,6% dos trabalhadores domésticos são mulheres negras – e subrepresentadas no emprego com carteira assinada, confirmando a existência de desigualdade racial e de gênero nas ocupações.

Para analisar a categoria emprego doméstico e sua regulamentação trataremos as abordagens realizadas pelas autoras SOUZA (2014) e ALMEIDA (2009). Das 7 milhões de pessoas vinculadas ao emprego doméstico, cerca de 500 mil eram homens, segundo os dados da PNAD (2009). A categoria de empregados domésticos é majoritariamente feminina e negra. A grande concentração de mulheres negras no emprego doméstico sinaliza a manutenção de uma herança escravocrata que coloca mulheres negras neste tipo de trabalho que até pouco tempo nem sequer era regulamentado, mas desde sempre caracterizado pela informalidade, má remuneração e pessoalidade, que muitas vezes justificava os abusos, já que a empregada “é quase da família”. Aliás, é necessário registrar que, de acordo com o estudo realizado por PACHECO (2013) “é lugar comum as trabalhadoras domésticas relatarem a exploração e o assédio no local de trabalho” (PACHECO, 2008, p.182).

Sem contar que, segundo ALMEIDA (2009), é recorrente a transmissão dessa herança escravocrata entre mulheres negras de geração em geração, caracterizando uma espécie de herança familiar dentro da categoria emprego doméstico. A maioria delas experimentam poucas chances de mobilidade ocupacional, permanecendo, assim como suas mães, avós e tias no serviço doméstico durante boa parte de suas vidas. E permaneceram até recentemente, sem possuir os direitos trabalhistas equiparados aos demais trabalhadores.

Somente em abril de 2013 foi promulgada no Brasil a Emenda Constitucional nº 72, que alterou o parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal Brasileira, garantindo aos trabalhadores domésticos os direitos conquistados por outras classes trabalhadoras como, por exemplo, seguro-desemprego, fundo de garantia por tempo de serviço, salário mínimo, piso salarial, décimo terceiro salário, duração do trabalho normal de oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, repouso semanal remunerado, remuneração do serviço extraordinário superior à do normal, férias anuais, entre outros (SANTOS, 2014). E embora a proposta de regulamentação do trabalho doméstico (conhecida como PEC das domésticas) estabelecesse que trabalhadoras e

trabalhadores domésticos possuísem os mesmos direitos básicos conquistados por trabalhadores urbanos e rurais, parte significativa da população empregadora se mostrou contra a Emenda. SANTOS (2014) afirma que:

“Na verdade a Emenda Constitucional nº 72 suscitou na sociedade brasileira reações que evidenciaram traços de uma sociedade que ainda possui uma rígida noção de hierarquia social e racial baseada em premissas adquiridas no passado escravista e patriarcal brasileiro. Antes disso, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) não propôs apenas o aparato legal, mas socialmente deu aos empregados domésticos o status de sujeito em uma sociedade na qual esses trabalhadores acumulam elementos de marginalidade – grande parte deles pertence ao gênero feminino é afrodescendente e pobre – que simbolicamente os desumanizam, transformando-os em acessórios da rotina doméstica dos lares. De acordo com o PNAD realizado em 2011, 61% dos trabalhadores domésticos no Brasil eram mulheres negras”. (SANTOS,2014, p.19).

Isso vem a reforçar as perversas categorizações que o trabalho doméstico abriga: classe, gênero, raça e geração como também já observou KOFES (2000) em suas pesquisas.

O emprego doméstico para mulheres negras tem como referência o período escravocrata. Trata-se, ademais, de uma ocupação bem difundida na cultura brasileira e fortemente marcada pela distância social, muitas vezes ritualizada em contextos de humilhação (FREITAS,2011).

"Apesar de ser o principal meio de sustento e manutenção de muitas famílias, principalmente aquelas chefiadas por mulheres, o serviço doméstico marca um lugar na estrutura ocupacional por gênero e raça, pela ausência de escolaridade, pela origem regional e pelos baixos rendimentos, mesmo no caso das novas atividades profissionais ligadas ao cuidado do outro (o *care*)"(IPEA,2013, p.73).

Neste contexto, temos que na categoria emprego doméstico, até sua regulamentação, faltava equiparação salarial entre os gêneros e havia ainda uma desvantagem para as mulheres negras, que recebiam cerca de R\$ 600 contra R\$ 920 dos homens brancos, no ano de 2009, segundo o IPEA (2013).

Sobre os efeitos discriminatórios produzidos pelo mercado de trabalho, os quais as mulheres negras são o principal alvo devido ao estigma racial e de gênero, temos que:

"O mercado de trabalho é considerado *locus* privilegiado de análise das desigualdades, uma vez que tanto o acesso ao mercado de trabalho quanto a condição de ingresso neste representam etapas particularmente importantes na trajetória socioeconômica dos indivíduos. Além disto, o mundo do trabalho está fortemente conectado com a dimensão educacional, representando, portanto, duas faces de um mesmo momento: a posição inicial de ingresso no mercado de trabalho é influenciada pelas características educacionais e gera um forte efeito sobre a trajetória subsequente dos indivíduos. Mas há um fator fundamental neste processo, que são os efeitos discriminatórios produzidos pelo mercado de trabalho. As desigualdades de acesso a determinados ramos de atividade, assim como o ingresso

em ocupações menos formais, estão fortemente mediados por fatores que se relacionam com a discriminação de gênero e raça." (IPEA,2013, p.55)

Neste sentido, de acordo com a pesquisa (IPEA,2013), a literatura sobre mercado de trabalho coloca a qualificação como sendo um fator determinante no acesso e inserção das pessoas no mercado, bem como das ocupações em que cada um será inserido, baseado não apenas na sua instrução ou nível de escolaridade, mas também em seus atributos de raça e gênero.

Já começa que o acesso à educação já é um fator que produz desigualdades entre homens e mulheres, negros e brancos.

“Os negros estão fortemente concentrados na indústria tradicional e nos serviços gerais, sendo que o acesso à educação é um dos principais fatores de produção dessa desigualdade. Entretanto, mesmo quando eliminadas as diferenças educacionais, os negros ainda apresentam desvantagens, principalmente no acesso às melhores posições ocupacionais, demonstrando que há uma distribuição desigual de indivíduos no mercado de trabalho e um dos fatores dessa desigualdade é a cor” (LIMA, 2001, p. 152).

A respeito dos níveis de escolaridade e qualificação, a segmentação por gênero e raça é ainda maior no ensino superior do que no ensino médio. Até 1999, as mulheres negras e homens negros mantinham taxas muito baixas, relativamente estáveis e próximas, no que diz respeito a sua participação no ensino superior. De acordo com o IPEA, a partir de 2001 a participação das mulheres negras no terceiro grau cresceu. “De um modo geral, as mulheres brancas têm maiores taxas de escolarização; em contrapartida, os homens negros apresentam as menores taxas. [...] São os homens brancos que se alocam na segunda posição, enquanto as mulheres negras ocupam o terceiro lugar”, porém, de acordo com a pesquisa, a aproximação das mulheres negras com o segmento masculino do grupo branco é visível apenas no ensino médio, não no curso superior.

As mulheres, no geral, vêm apresentando uma maior representação no curso superior. Porém, o período entre 1999 e 2005 sinaliza que as mulheres negras não conseguiram obter muito êxito no que diz respeito a converter seus avanços educacionais em melhores ocupações. Mesmo havendo um crescimento de 162% das negras que frequentaram o ensino superior, elas ainda não conseguem se equiparar ao perfil das mulheres brancas ocupadas e mais escolarizadas.

Mesmo mantendo esse padrão de crescimento dos últimos anos, no terceiro grau o degrau racial é o mais expressivo, independentemente do sexo. Ou seja, mulheres e homens negros ainda são minoria nos bancos universitários, e à medida que o nível educacional se eleva, mais difícil é de encontrá-los por lá, mesmo depois da implementação da política de cotas. Com as políticas de

acesso ao ensino superior com critérios raciais, observa-se um avanço para os negros no que diz respeito à inserção no curso superior, mas também é possível verificar a persistência de expressivas desigualdades, principalmente, nos níveis mais elevados (graduação e pós-graduação). Segundo GLOBO(2012), das 59 universidades federais do país, 36 adotam a política de reserva de vagas em seu processo seletivo, destas 25 tem cota racial para negros ou índios, sendo que cada instituição tem autonomia para adotar ou não uma política de ação afirmativa. Segundo a PNAD o número de estudantes negros no mestrado e doutorado passou de 48,5mil em 2001 para 112 mil em 2013. Embora representem 52% da população, os negros representam apenas 28,9% do total de pós-graduandos.

Concluimos, a partir desses dados apresentados, que a universalização do ensino melhorou a posição dos negros, no referente ao nível educacional. Contudo, ela ainda não tem sido suficiente para induzir uma mudança significativa na pirâmide social. Permanecem os brancos nas principais posições de poder do país, relativizando o discurso da meritocracia.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto:

“As mulheres tendem a se concentrar mais entre os trabalhadores não remunerados, trabalhadores domésticos e funcionários públicos; enquanto os homens têm uma concentração mais elevada em assalariados com e sem carteira, conta-própria e empregador.”[...] “no entre cruzamento de raça e gênero, observa-se que há um forte contingente de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico, enquanto os homens negros estão fortemente concentrados na indústria tradicional (especialmente indústria da construção) e nos serviços gerais em que há baixos salários e um alto grau de informalidade”. (IPEA, 2013, p. 67)

Esse padrão de inserção no mercado formal de trabalho vai refletir significativamente nos rendimentos desses trabalhadores. Tomando como referência o rendimento do homem branco e analisando um período de menor crescimento econômico (1999-2002) com outro de maior crescimento (2003-2009), a pesquisa apresentou que as mulheres negras recebiam cerca de um terço da renda dos homens brancos no final da década de 1990 e, a partir de 2003, passaram a ganhar pouco mais de 40% a mais que os homens brancos.

PACHECO (2013) informa que a combinação dos atributos de raça e gênero leva a uma considerável desvantagem do grupo de mulheres negras no que diz respeito à sua forma de inserção no mercado de trabalho e, principalmente, às disparidades de rendimentos.

A respeito da participação no mercado de trabalho, segundo o IPEA, de modo geral, a taxa de participação das mulheres negras ou brancas na População Economicamente Ativa (PEA) foi sempre menor que a dos homens. Notamos, portanto, que apesar de as mulheres permanecem mais tempo na escola, elas participam menos no mercado de trabalho:

“Acrescente-se aqui a família como fator altamente decisivo para entender as diferenças nas trajetórias femininas e masculinas no mercado de trabalho”, pois, “embora a família não interfira de maneira tão incisiva na trajetória de emprego do homem, a atividade familiar irá ter um peso maior na vida da mulher” (BORN, 2001, p. 249).

Isso baseado nas construções sociais machistas que colocam o lar e a família como prioritários na vida da mulher, em detrimento da carreira profissional, por exemplo.

Contudo, as mulheres negras chegam mais cedo que as mulheres brancas no mercado de trabalho, isso desde que a primeira mulher negra arrancada do continente africano colocou os pés no Brasil:

“Enquanto as feministas brancas “foram à luta” para entrar no mercado de trabalho, há mais de 500 anos se explorava a mão de obra de mulheres negras”. Como Rosali Lemos já assinalava “[...] Ao contrário da mulher branca que vivia a bordar, dar ordens aos escravos e ser vir seu marido e “senhor”, a mulher negra sempre assumiu o papel de “aglutinadora” e “provedora” da família. Foi ela quem assumiu a criação de seus filhos, na época em que a sociedade escravocrata matava, mutilava e separava as famílias negras.” (LEMOS, 2006, p.64)

Chegando mais cedo do que as mulheres brancas ao mercado de trabalho, as mulheres negras logo cedo têm de lidar com a tarefa de conciliar trabalho e estudo, prejudicando muitas vezes seu desempenho escolar e comprometendo desde cedo sua trajetória profissional, dificultando sua alocação no mercado de trabalho. Com isso, fica ainda mais distante a possibilidade de ascensão social por parte desse segmento da população.

Dado que a desocupação de mulheres negras excede em mais de 130% a taxa de desocupação de homens brancos, seus rendimentos são mais baixos e os vínculos empregatícios mais frágeis. Temos então o retrato da desigualdade social no Brasil, que na verdade ganha contornos raciais. Assim, os homens brancos continuam mantendo seu status social elevado, nas posições de empregador, proprietários e chefia, enquanto mulheres negras encontram dificuldades de mobilidade social, tendo menor participação no mercado de trabalho formal e sendo mais acometidas pelo desemprego. Também a renda das mulheres negras, que em muitos casos são arrimo de família, não chega nem à metade daquela auferida pelos homens brancos e corresponde a cerca de 56% dos rendimentos das mulheres brancas. Estabelecendo vínculos empregatícios mais frágeis diminuem as suas chances de saída da pobreza, permanecendo a participação dos negros nos estratos inferiores da sociedade, sempre maior que o dobro da população branca.

Segundo o IPEA, entre o contingente que vivenciava, em 2009, a extrema pobreza, 48%

eram homens, 52%, mulheres, e aproximadamente, 74% deste contingente era constituído por pretos, pardos e indígenas, ou seja, desde longa data os negros vêm constituindo a base da pirâmide social brasileira, apresentando os menores níveis de renda, escolarização e qualificação profissional, nos fazendo crer que a pobreza no Brasil é racializada.

Faz-se oportuno traçar aqui neste momento os caminhos que nos permitirão compreender o que seria o termo “interseccionalidade” e por que ele se faz tão necessário quando se propõe tratar do sujeito mulheres negras.

"Para se apreender o lugar ocupado pelas mulheres negras, antes de reafirmar um “estado de coisas”, deve-se propor a compreensão dos processos estruturantes e interseccionais que confluíram para a vulnerabilização desta população." (IPEA, 2013, p.111)

Os processos estruturantes que levaram as mulheres negras às posições sociais de maior vulnerabilidade são: racismo e patriarcado. E as dimensões de raça e gênero são aquelas que se interseccionam, criando condições desfavoráveis para este segmento populacional. Portanto, estando localizadas no estrato social mais baixo, as mulheres negras são aquelas que mais sofrem consequências negativas por conta de sua posição social e os estigmas que carregam, frutos do processo escravagista, da hipersexualização de seus corpos e da precarização de seus postos de trabalho.

Como podemos perceber, o racismo institucionalizado e o machismo como uma ideologia, que acredita serem as mulheres seres humanos inferiores e que por isso devem ser subjugadas, se somam e empurram sobre essas mulheres as piores condições de vida, saúde e trabalho.

Ao falar de mulheres negras, estamos nos referindo à possibilidade concreta da articulação de, pelo menos, dois eixos de subordinação, a saber, o ser mulher e o ser negra. O racismo e o machismo articulados como engrenagens do sistema capitalista e patriarcal contribuem para o fortalecimento do estigma social que recai sobre mulheres negras e ainda funciona como determinante do lugar social que fará com que sejam vistas sempre como ocupantes permanentes da base da pirâmide social.

“A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Falar de mulheres não é o mesmo que falar de mulheres negras. Estas, com suas especificidades e com a adição da opressão racial que sofrem, experimentam situações de exploração que vão além da questão de gênero e de classe. O perigo de se considerar apenas o sujeito mulher como sendo universal e aglutinador de todas está em centralizar e contemplar apenas as demandas e especificidades da mulher da classe dominante, que certamente não é negra.

Reconhecer as particularidades da mulher negra, periférica, trabalhadora é o primeiro passo para não incorrer em desonestidade ou falsas simetrias. Considerar quais são seus papéis sociais, aqueles que ela assume no cotidiano e aqueles que a sociedade as imputa é também estimular a reflexão acerca dos lugares de privilégio que determinados indivíduos ocupam frente aos demais, o que é fundamental para o debate racial no Brasil.

"A distribuição de recursos na sociedade é profundamente marcada pela condição de raça e gênero dos indivíduos. O debate tradicional sobre as desigualdades de gênero não raro obscurecia a heterogeneidade dos grupos de mulheres, dando centralidade às questões enfrentadas pelas mulheres das classes dominantes. O reconhecimento da diversidade das experiências, especialmente a partir da introdução da variável étnica e racial, permitiu aproximações para incorporar, à perspectiva feminista, a complexidade da realidade das mulheres, dos papéis que assumem e das expectativas a elas direcionadas." (IPEA, 2013, p.109)

Por fim, de forma a concluir esta seção, é possível dizer que buscamos, através da consulta ao material do IPEA, diagnosticar não apenas as condições do negro no mercado de trabalho, mas principalmente, mapear as condições da mulher negra, em particular, realizando aquele que será, neste trabalho, o recorte de gênero. Objetivou-se até aqui entender como se dá sua participação na educação e ocupação no mercado de trabalho, seus vínculos empregatícios e rendimentos.

Desde o início fica claro que este trabalho se propõe a discutir a questão racial no Brasil, porém, a partir de agora com recorte de gênero. Seguiremos, portanto, falando a respeito de mulheres negras e apontando como a articulação dos elementos raça e gênero a expõem e as conduzem ao embranquecimento.

2.2 BRANQUEAMENTO CULTURAL

2.2.1 As representações sobre o negro

Discute-se neste tópico as representações sociais acerca do negro e as representações que

este faz de si mesmo, e ainda os mecanismos ideológicos que condicionam e que atuam perpetuando essas representações. PACHECO (2013) informa que:

“Não se pode negar os mecanismos ideológicos perversos que estabelecem padrões de beleza estéticos e preferenciais, eurocênicos, que subjazem comportamentos, preferências, aceitação, inclusão dos grupos raciais brancos e exclusão de grupos raciais não brancos e negros na estrutura social brasileira.” (PACHECO, 2013, p.193)

O racismo, nem sempre explícito, baseado na superioridade racial de um determinado grupo, contribui para construir no imaginário social a crença de que o negro é pertencente a uma camada social inferior. Neste contexto existe uma violência simbólica que é interiorizada pela própria vítima do racismo. Acontece do negro internalizar representações negativas sobre si e sobre seu grupo racial, chegando até a desqualificar-se enquanto pessoa, muitas vezes chegando a reproduzir atos e frases racistas contra seu próprio grupo racial, rechaçando seus pares. Dessa forma, como salienta GOMES (2008), “a violência racista apresenta não somente consequências sociais, econômicas e políticas, mas, sobretudo, psíquicas, tocando no campo das escolhas afetivo/sexuais, do desejo e da identidade”. Como vimos, a sociedade multicultural e racista classifica as pessoas de acordo com a proximidade dos padrões raciais das classes dominantes. Logo, se os representantes das classes sociais privilegiadas são brancos, ser branco é o referencial de tudo aquilo que é positivo e que deve ser valorizado.

ROSA (2014) observa que o racismo não é uma prática natural, mas historicamente construída e sustentada, parte de um processo de colonização, envolvendo a opressão dos colonizadores sobre os povos colonizados.

Kabengele Munanga afirma no prefácio do livro *Sem Perder a Raiz*, de Nilma Lino Gomes, que por meio das relações sociais brasileiras, marcadas por práticas racistas, a negros e negras foi atribuída “uma identidade corporal inferior [...] e os brancos se auto atribuíram uma identidade corporal superior”, sendo necessário, para reverter essa imagem negativa, um processo de desconstrução da imagem anterior e reconstrução de uma imagem positiva. Ou seja, esse processo passa pela construção de “novos cânones da beleza[...] que dão positividade às características corporais do negro” (GOMES, 2008, p.15-16). Dessa maneira é preciso reforçar e ressignificar o lugar de beleza da população negra que sempre foram destituídas deste lugar.

Para falar da subjetividade do negro utilizaremos aqui os conceitos levantados por SOUZA (1983) como determinantes da construção identitária desses indivíduos. Estamos falando do Ideal de Ego, que no caso das pessoas negras é determinado muito pelas representações que se tem do

branco, referência de beleza, intelectualidade, educação, saúde, e das referências que este tem daquele.

Também traremos algumas definições acerca do corpo do negro, baseados nos escritos de Frantz Fanon (2008). A interpretação do autor sobre a situação vivida pelo negro antilhano desvela o processo de negação vivido pelo negro em relação a si mesmo e ao seu grupo étnico/racial como resultado da introjeção do racismo. “Num mundo branco, o negro encontra dificuldades na elaboração do seu esquema corporal” (FANON, 2008, p. 104). FANON (2008) nos diz que, no caso dos negros, o conhecimento do corpo é uma atividade unicamente negadora. É um conhecimento em terceira pessoa, partindo sempre da visão que o outro faz dele próprio.

Assim, a partir desses elementos trazidos através da contribuição desses autores podemos dizer que as representações que o negro faz de si mesmo e as representações que o outro faz deste são, num geral, representações negativas, principalmente no que se refere à cor e ao corpo. E para superar e ressignificar esses elementos o negro precisa (re)construir um novo referencial de beleza que considere suas próprias características fenotípicas e que o contemple enquanto grupo racial, não mais tendo como referência o outro e negando a si próprio.

O preconceito racial bem articulado cria condições para que o negro introjete a ideia de sua suposta inferioridade, contribuindo para que este desenvolva um ódio de seu corpo e de suas características e que tendo condições para isso, venha a tentar modificá-las.

2.2.2 Branqueamento cultural e resignação

É possível estabelecer relação entre o processo de branqueamento e a resignação das mulheres negras no que diz respeito a forma de usar o cabelo. Resignação esta que também pode ser encarada como adaptação, pois, alisar o cabelo para ser aceita no meio social também pode ser visto como uma forma de existir na sociedade racista. Existir sem ser hostilizada, sem ser questionada ou desqualificada.

“A busca do branqueamento, ideal racionalizado desde o século passado e que guarda profundas raízes na sociedade colonial e escravista, tem se efetivado invadindo tanto o imaginário quanto as práticas sociais dos grupos de cor que compõem a população brasileira.” (MOREIRA, 1994, p.88)

Assim, corpo e cabelo são os principais alvos dos negros no que tange à modificações e intervenções que propiciem uma aproximação com a estética europeizada. O racismo que permeia o imaginário social brasileiro estimula na população negra a adoção de práticas que vão em direção ao branqueamento, práticas de resignação.

Para além do conflito que enfrentam por conta da negação de suas estéticas, essas mulheres negras desenvolvem estratégias para superar os constrangimentos com relação ao cabelo, principalmente. O constrangimento e a inferiorização de seus atributos faz com que se desenvolvam comportamentos negativos que resultam na rejeição e negação do próprio corpo e preferência pela estética dos grupos sociais valorizados. (SILVA, 1999, p.22 apud ROSA, 2014) E ainda transferem para si a responsabilidade de modificar seu corpo afim de encaixar-se num padrão estético que não as reconhecem. Essas estratégias de resignação visam evitar, ou minimizar a exposição dessas mulheres a confrontos verbais e ideológicos onde seus cabelos podem vir a ser alvo de hostilidade.

GOMES (2008) explica que, o cabelo crespo, como sendo um dos atributos fenotípicos do negro, pode ser manipulado afim de aproximar o indivíduo negro do modelo eurocêntrico. Esta seria, portanto, uma das formas do negro embranquecer. Sendo assim:

"Logo, se o cabelo crespo é imediatamente associado ao corpo do negro, ou seja, a determinada aparência física, tomada pelo racismo como inferior, alguns negros poderão introjetar a ideia de que, ao mudar a textura crespa do cabelo, eles conseguirão, de maneira simbólica, 'clarear' o corpo, 'embranquecer-se'. [...] Por isso, não é de se estranhar que, ao usar certas técnicas e certos penteados, as pessoas negras possam parecer, aos seus próprios olhos e aos dos outros, como "mais" ou "menos" negras, "mais" ou "menos" embranquecidas". (GOMES,2008, p.237).

O corpo é então interpretado como um instrumento de reprodução de padrões hegemônicos, de negação ou ocultação de certas formas culturais (PACHECO, 2013, p.195). O negro rejeita seus valores culturais e prioriza os valores culturais do grupo dominante. A exemplo disso, temos as tranças, que em alguns casos foram o penteado mais usado durante a infância das mulheres negras e que passa a ser rejeitada por algumas na fase adulta, sendo substituída pelo alisamento através da “chapinha³¹”.

2.2.3 Branqueamento cultural e mercado de trabalho

A relação do branqueamento cultural com o mercado de trabalho pode ser percebida no momento da procura ou entrevista de emprego, onde o negro ou a negra se sente inseguro com relação a sua aparência e a partir disso faz uso de subterfúgios para passar uma imagem pessoal mais embranquecida. Dentre elas podemos destacar o uso da chapinha pelas mulheres negras que tem cabelo crespo e no caso dos homens é comum realizarem o corte à máquina para não evidenciar o cabelo, garantindo-lhes segurança, colocando fim ao mal estar que o cabelo crespo poderá causar no ambiente de trabalho. Assim, a ideia de “melhoria” do aspecto do cabelo está associada à “melhoria” de vida, à uma mulher colocação no mercado de trabalho, às maiores chances de conquistar uma vaga de emprego, por exemplo. Já dizia GOMES(2008) que:

"A promessa de 'melhora' do cabelo é associada à 'melhoria' de vida, ao bem-estar não só do corpo e do físico, como também social. Os anúncios antes tentam seduzir principalmente a consumidora negra, divulgando que a aplicação do produto colocará fim ao mal-estar causado pelo cabelo crespo, garantindo-lhe segurança e um ótimo resultado". (GOMES, 2008, p.236).

³¹Também conhecida como “piastra” ou “prancha”, a chapinha é uma ferramenta feita de cerâmica ou infravermelho, que quando aquecida é utilizada para alterar a estrutura do cabelo. O efeito da chapinha é reversível, basta expor o cabelo à umidade que ele volta ao seu estado natural.

2.3 O CABELO COMO FATOR DE IDENTIDADE DA MULHER NEGRA

O estudo da relação do negro, mais especificamente da mulher negra com o cabelo constitui-se um recorte pontual dentro de uma esfera mais ampla e complexa, que são as relações raciais no Brasil. Nesta seção iremos tratar do significado social do uso do cabelo crespo e o sentido a eles atribuídos por aquelas que o utilizam em sua forma natural.

A identidade negra é entendida, no contexto deste trabalho, como um processo construído historicamente em uma sociedade que ainda padece de um racismo ambíguo e do mito da democracia racial. “Como qualquer processo identitário, ela se constrói no contato com o outro, no contraste com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo” (GOMES, 2008). E por isso, a ideia que o outro faz de nosso pertencimento racial, pode influenciar a nossa decisão de embranquecer ou não. Como dizia SOUZA (1983), ser negro no Brasil é tornar-se negro. Assim, para entender o “tornar-se negro” num contexto de discriminação é preciso considerar como essa identidade se constrói no plano simbólico. Por isso a caricatura do negro no imaginário social vai contribuir de maneira negativa para o processo de construção da sua identidade, baseado muitas vezes na visão que o outro tem dele. Assim o branco torna-se um referencial para o negro tornar-se gente.

Corpo negro e cabelo crespo, juntos, “possibilitam a construção social, cultural, política e ideológica de uma expressão criada no seio da comunidade negra: a beleza negra. Por isso não podem ser considerados simplesmente como dados biológicos” (GOMES,2008). Podendo, portanto, ser considerados expressões da identidade negra no país.

Ao falarmos sobre corpo e cabelo, inevitavelmente, nos aproximamos da discussão sobre identidade negra, pois “o cabelo adquire múltiplas significações quando pensado no interior do sistema das relações raciais” (PAIXÃO,2008, p.7)

O cabelo crespo aqui será considerado dentro do contexto das relações raciais, pois segundo GOMES (2008) "o cabelo crespo e o corpo negro só adquirem significado quando pensados no cerne do sistema de classificação racial brasileiro." Para a autora cabelo e cor da pele são frequentemente utilizados como critério de classificação racial para apontar quem é negro e quem é branco em nossa sociedade. Por ser maleável e possível de alterações, o cabelo crespo foi transformado, pela cultura, em uma marca de pertencimento étnico/racial. “No caso dos negros, o cabelo crespo é visto como um sinal diacrítico que imprime a marca da negritude nos corpos. Ele é

mais um elemento que compõe o complexo processo identitário” (GOMES, 2008).

Essa identidade é vista, no contexto desta pesquisa, como um processo que não se dá apenas a começar do olhar de dentro, do próprio negro sobre si mesmo e seu corpo, mas também na relação com o olhar do outro, a percepção do outro a respeito do nosso cabelo, da nossa estética é algo relevante, na medida em que vai determinar uma postura de resistência ou resignação.

PAIXÃO (2008) sinaliza que o processo de construção identitária está imerso na experiência estética (PAIXÃO, 2008 apud ROSA, 2014) Cabelo crespo é um atributo físico que pode contribuir para o resgate da identidade negra.

O cotidiano é então marcado pela escolha de usar o cabelo de determinada forma, seja na praticidade de “lidar com o cabelo” seja nas consequências sociais que determinando estilo de cabelo acarreta.

Em alguns casos, o ato de alisar o cabelo normalmente é interpretado como sinônimo de introjeção e reprodução da ideologia do branqueamento, o que não deixa de ser uma possibilidade. Para GOMES (2008):

“Mudar a forma e a estrutura do fio do cabelo através do alisamento pode parecer um detalhe sem muita importância, uma vez que essa prática já está incorporada na cultura ocidental, principalmente pelas mulheres negras e mestiças de cabelo crespo. Mas esse procedimento recorrente ainda é colocado sob suspeita. Por isso é importante pensar o que mais quer nos dizer a experiência de alteração da estrutura do fio do cabelo crespo, mediante a intervenção química, usada pelos negros contemporâneos e muito frequente no contexto dos salões étnicos”. (GOMES, 2008, p. 176-177).

O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Estamos, portanto, diante de uma zona de tensão. É dela que emerge um padrão de beleza ideal. No Brasil, esse padrão ideal é branco, mas o real é negro e mestiço. “Há então uma zona de conflito entre estética negra e branca, sendo que esta última é tomada como padrão de beleza a ser buscado e alcançado por mulheres negras e não negras”. (GOMES, 2008)

A autora também coloca que, na construção da identidade negra, a mulher negra, principalmente, constrói sua corporeidade baseada num conflito de rejeição/aceitação, negação/afirmação do corpo construído social e historicamente. “Nem mesmo a família negra que valoriza as práticas culturais afro-brasileiras escapa dessa situação”. (GOMES, 2008, p.234) E esse processo tenso “permeia a vida desse sujeito em todos os seus ciclos de desenvolvimento humano:

infância, adolescência, juventude e vida adulta.” (GOMES, 2008, p.124)

O contexto familiar é o lugar primeiro onde a ação constituinte do Ideal de Ego se desenrola, segundo SOUZA (1983), por isso, no convívio com a família a criança já cria suas referências do que é positivo.

Muitas vezes, mesmo estando num seio familiar que valoriza seus traços de negritude, a criança negra ao ir para a escola se depara com uma realidade um tanto quanto hostil ao seu pertencimento étnico/racial. Sendo assim, não basta que a criança tenha suas características fenotípicas valorizadas apenas em casa, no âmbito familiar, se ao entrar em contato com outros indivíduos ela vai se confrontar com situações constrangedoras no que diz respeito à sua aparência. Por isso, mesmo quando se nasce em uma família que afirma e valoriza a cultura e identidade negra, esse aprendizado pode ser confrontado socialmente.

Há também casos em que desde muito cedo, as crianças negras e mestiças, principalmente as meninas, aprendem a construir na família uma imagem distorcida de si mesmas. Ainda criança aprende a depreciar, rejeitar e deformar o próprio corpo para configurá-lo à imagem e semelhança do branco. Este, sim, era o belo, invejável, digno de consideração e apreço, semelhante aquilo que SOUZA (1983) apresentou em seu trabalho sobre a experiência do “ser negro” diante dos referenciais do branco. Para a autora:

“A possibilidade de construir uma identidade negra - tarefa eminentemente política - exige como condição imprescindível, a contestação do modelo advindo das figuras primeiras _ pais ou substitutos _ que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco”(SOUZA, 1983, p.77)

GOMES(2008) ressalta em sua pesquisa que:

“De modo geral, os primeiros esforços de transformação do corpo negro, sobretudo, na história das mulheres negras entrevistadas, datam da infância e do desejo de mudar uma parte específica do corpo: o cabelo crespo. Na infância pobre de muitas mulheres negras, vivida com poucos recursos tecnológicos e financeiros, o trato dos cabelos e do corpo acontece primeiramente no espaço doméstico”. (GOMES, 2008, p. 172-173).

Não raro, no caso das mulheres negras e pobres, as intervenções capilares começam no seio familiar, como forma de transmitir de mãe para filha os “tratos” com o cabelo crespo, que desde muito cedo é visto como “difícil de lidar”. GOMES (2008) diz ainda que:

“O cabelo aparece, nesse contexto, como algo emblemático e pode significar enraizamento, referência. [...] Nesse processo de enraizamento, os ciclos da infância e da adolescência são momentos significativos. E é durante esse período que a relação negro/cabelo se intensifica. O desejo manifesto pela criança negra de alisar o “estilo” do seu cabelo é algo complexo. Ele diz respeito à construção dessa criança conquanto sujeito em relação à própria imagem e também é resultado de relações raciais assimétricas, baseadas na imposição de modelos de homem, de mulher, de adulto, de raça e de etnia”. (GOMES, 2008, p. 175-176).

Concluimos a partir disso, que a “raiz” do cabelo, aquela que vai condenar o tipo de fio que aquela mulher carrega, se mais liso, ou mais crespo, é uma espécie de marcador/ referência que mostra se aquela mulher é não-negra, caso essa “raiz” se aproxime do tipo liso, e em caso de crespura, irá ressaltar a sua negritude. Por isso, a “raiz” crespa, aquela que nasce a medida que o cabelo vai crescendo, é o principal alvo das intervenções químicas capilares, isso desde a infância.

GOMES (2008) afirma que a relação estabelecida pelos sujeitos com seus corpos e sua identidade consiste em um conflito de “rejeição/aceitação”.

Para a autora, a identidade é entendida como um processo construído histórica e socialmente e uma das formas de se compreender essa relação entre cabelo e identidade é considerar a dimensão histórica e social nas quais este negro está inserido. Portanto, o cabelo do negro na sociedade brasileira expressa o conflito racial vivido por negros e brancos em nosso país. É um conflito coletivo do qual todos participamos. Por isso a relação entre cabelo, questão racial e identidade.

“Apesar do seu caráter específico no que se refere à construção da identidade negra no Brasil, o movimento de rejeição/aceitação construído socialmente pelo negro insere-se ainda em um universo mais amplo que inclui dimensões históricas, sociais, culturais, políticas e psicológicas”. (GOMES, 2008, p.125).

Por isso se faz tão importante a retomada histórica que foi realizada no início deste trabalho. Para criar condições de entender como esse processo de aceitação/rejeição do corpo e do cabelo negro estão associados aos estigmas negativos que persistiram a partir de um contexto que escravizou e desumanizou pessoas negras, que os destituiu do lugar de beleza e que tentou de diversas maneiras eliminar/sublimar o contingente populacional negro do país, seja invisibilizando-os ou criando condições para que estes não sobrevivessem, ou ainda fazendo com que este construísse um ódio sobre a própria imagem e tentasse apagá-la.

Logo, a autora continua dizendo que:

“O corpo e o cabelo podem ser tomados como expressões visíveis da alocação dos sujeitos nos diferentes polos sociais e raciais. Por isso, para alguns homens e

mulheres negras, a manipulação do corpo e do cabelo pode ter o sentido de aproximação do polo branco e de afastamento do negro” (GOMES, 2008, p.126).

Aqui podemos ver que o cabelo dialoga com a questão racial e com a ideologia do branqueamento: aquele que deseja mascarar seu pertencimento racial tende a optar por manipulações no cabelo que o aproximem do fenótipo branco, e aqueles ou aquelas que pretendem externar a ideia de valorização de seus traços africanos, opta por penteados e manipulações que demonstrem essa atitude.

2.3.1 Cabelo crespo e o conflito rejeição/aceitação

Mudar o cabelo pode significar para o negro ou a negra uma possibilidade de sair do lugar de inferioridade ou pode significar a introjeção deste lugar. Para o negro as mudanças no cabelo são mais do que uma questão puramente estética, é também identitária, até mesmo quando a pretensão é fugir desse lugar de inferioridade.

As manipulações no cabelo podem se dar por motivações diversas, uma delas é a rejeição do corpo negro e de suas características fenotípicas. Neste trabalho iremos voltar nossa atenção para uma das manifestações do processo de embranquecimento cultural que atinge as mulheres negras: a negação do cabelo crespo.

Devido às discriminações e ao estigma do cabelo ruim difundidas no país juntamente com o processo de miscigenação e embranquecimento cultural, mulheres negras alisam seus cabelos com o intuito de mascarar uma das características mais marcantes de seu pertencimento racial, o cabelo crespo.

Há no processo de socialização dos indivíduos a construção da percepção de que o cabelo crespo é um problema. E se ele nunca será liso como o do branco resta apenas a opção de tentar atenuar esse problema. Se instala então a ditadura do cabelo liso. O cabelo liso se torna um ideal a ser alcançado para ajustar-se a um padrão estético baseado na cultura europeia. Começam então a serem realizadas intervenções químicas no cabelo crespo da mulher negra, muitas vezes ainda menina, como alisamentos, escovas progressivas, relaxamentos e chapinha afim de "domar" aquele cabelo que tem como características mais marcantes o volume e a crespura.

SOUZA (1983) realiza estudo sobre questões étnico/raciais a partir da psicanálise e aponta que o negro está numa constante busca por um ideal impossível de ser alcançado e que nessa busca ele vive em constante luta para encontrar meios de eliminar seu sentimento de culpa e inferioridade.

A autora aponta que há influência do núcleo familiar, das instituições de ensino e também da indústria cultural e que esta influência leva a pessoa negra a uma busca constante pelos ideais brancos, e com isso, o/a negro/a acaba introjetando o racismo e rejeitando sua identidade.

A problematização parte do significado e importância do cabelo crespo na mulher negra, e no fato de que ao invés de ser compreendido na sua forma de ser, este é muitas vezes, tomado como um problema. Os apelidos, frequentemente dados ao cabelo crespo, como “bombрил”, cabelo duro, e outras marcas pejorativas, são comuns, e muitas vezes tratados com indiferença, mas geram, principalmente na mulher negra, um mal-estar e baixa estima. (ROSA, 2014).

Considerando o cabelo crespo como uma marca fenotípica que determina a negritude instaurada nos corpos, assumir e aceitar o cabelo crespo é uma forma do negro se afirmar enquanto tal. “O processo de aceitação do ser negro e o de aceitação da cor e do cabelo faz parte de um período conflituoso e doloroso porque a imagem do negro é associada com inferioridade” (ROSA, 2014, p.77). Porém, este movimento de valorização e aceitação trata-se de um processo sócio-histórico contemporâneo, que se apresenta como um contraponto a um conjunto de percepções acerca do negro e de sua estética que estão enraizadas na sociedade.

De acordo com GOMES (2008) “[...]Essa aceitação vai depender da trajetória de vida, da inserção social, da possibilidade de convivência em espaços onde a cultura negra e as raízes africanas são vistas de maneira positiva”.

Desencadeia-se a partir daí um processo de construção da auto-estima, do ver-se a si mesmo e ser visto pelo outro. Entretanto, ainda, segundo a autora, não basta apenas para o negro brasileiro avançar do polo da rejeição para o da aceitação para ter essas questões resolvidas. “Ver-se e aceitar-se negro implica, sobretudo, a ressignificação desse pertencimento étnico/racial no plano individual e coletivo.” (GOMES, 2008, p.234). Podendo construir a partir de então uma relação positiva com seu pertencimento racial, desde que os mecanismos depreciativos utilizados por aqueles que desde sempre foram considerados referencial de beleza sejam deixados de lado.

A autora pretende com essa afirmação, dizer que aquele negro ou negra que assume seu cabelo crespo natural o ressignifica não apenas em sua própria cabeça, mas passa a ressignificá-lo também na cabeça dos outros negros e negras. Ele não apenas se enxerga como negro, mas se reconhece e se vê representado também na negritude do outro, e com isso se aproxima do seu grupo racial através do reconhecimento de seu pertencimento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa de ordem qualitativa, que busca compreender as motivações que levam mulheres negras a deixar de alisar o cabelo e, a partir disso, reconhecer as consequências sociais que esta mulher negra que deixou de alisar o cabelo percebe.

É possível definir esta pesquisa qualitativa como tendo caráter exploratório, pois, busca-se entender o ato de deixar de alisar o cabelo, na perspectiva das mulheres negras que um dia alisavam seus cabelos crespos e hoje não o fazem mais.

De acordo com GODOY (1995a), pode-se observar que, na pesquisa qualitativa, a natureza do objeto não pode ser medida ou contada e, sim, compreendida à luz de outros fatos. A autora ainda acrescenta que “a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve” (GODOY, 1995a, p.2) Por isso, o processo de pesquisa ocorre de maneira circular, onde o pesquisador vai interagir ora com o campo, ora retornando ao seu referencial teórico afim de compreender melhor algumas especificidades apresentadas pelo objeto. É dessa maneira que o processo de coleta de dados vai se aprimorando. Caso o referencial teórico aponte uma característica do objeto ou uma generalização, o campo pode vir a confirmar ou refutar essa possibilidade de caracterização. A coleta de dados na pesquisa qualitativa “envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995a, p.2). Frente a essa questão, a autora explica que não é possível compreender o comportamento humano sem compreender a estrutura dentro da qual os indivíduos interpretam suas ações, pensamentos e sentimento.

GODOY (1995a) ainda diz que “o pesquisador deve aprender a usar sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados” (GODOY, 1995a, p.6). Sendo assim, durante todo o desenvolvimento metodológico da pesquisa, mas não apenas neste momento, a capacidade analítica do pesquisador é estimulada. Neste trabalho, o interesse da pesquisadora é verificar, como o ato de alisar o cabelo era compreendido pelas mulheres negras entrevistadas e por isso, cabe à pesquisadora selecionar e filtrar quais são as pessoas e informações que melhor atenderão a seus objetivos de pesquisa.

As entrevistadas foram escolhidas com base no critério não probabilístico por julgamento,

assim, compõem a amostra aquelas pessoas consideradas mais aptas para prover as informações necessárias ao estudo. Utilizando neste trabalho a amostra não probabilística por julgamento, a escolha foi feita de acordo com o perfil das entrevistadas que melhor atenderiam ao nosso problema de pesquisa, neste caso, mulheres negras que passaram pelo processo de alisamento, podendo, portanto, avaliar o que ele representou objetiva e subjetivamente.

Foram, então, selecionadas 5 mulheres negras ativistas, envolvidas no movimento negro e/ou feminista da cidade de Juiz de Fora e 5 mulheres negras não-ativistas, ou que não se encontram articuladas em nenhum tipo de grupo ou organização de militância negra e/ou feminista, totalizando, assim, 10 informantes. Todas autodeclaradas negras.

A escolha por dividir a amostra dessa forma busca visualizar se para o grupo de não-ativistas o significado de deixar de alisar o cabelo difere do significado atribuído pelas mulheres negras ativistas.

O instrumento de coleta de dados utilizado na pesquisa foi a entrevista que possibilitou explorar determinados assuntos referentes à relação da mulher negra com o cabelo crespo.

Segundo FRASER e GONDIM (2004), a entrevista é uma técnica qualitativa de apreensão da percepção e da vivência, seu objetivo é obter informações pormenorizadas. De acordo com as autoras:

“A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo. Em outras palavras, a forma específica de conversação que se estabelece em uma entrevista para fins de pesquisa favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante. “(FRASER e GONDIM, 2004, p.2)

Mas a entrevista, assim como toda técnica de coleta de dados, tem suas limitações. Ainda segundo as autoras, devemos entrevistar aquelas pessoas que conhecem e compreendem profundamente a realidade a ser estudada para que o entrevistado possa apresentar seu ponto de vista de maneira a contribuir o máximo possível com o estudo e também para submeter as interpretações do pesquisador à avaliação crítica dos próprios participantes da pesquisa, o que os autores chamam de legitimidade.

No estudo de FRASER e GONDIM (2004) elas fazem referência a duas modalidades mais gerais de entrevista: a face a face e a mediada. “A primeira se refere àquela modalidade em que entrevistador e entrevistado se encontram um diante do outro e estão sujeitos às influências verbais

(o que é dito ou perguntado), às influências não-verbais (comunicação cronêmica – pausas e silêncios –, cinésica – movimentos corporais –, e paralinguística – volume e tom de voz), e às decorrentes da visualização das reações faciais do interlocutor” (FRASER e GONDIM, 2004). A segunda seria aquela entrevista realizada por meio de telefone, internet ou questionário.

Aqui, neste trabalho, optamos pela modalidade face a face. O entrevistado vai dizer aquilo que vem à sua mente no momento da interação com o entrevistador. As respostas dos entrevistados geralmente são frutos dessa interação, por isso o papel do pesquisador é tão importante na coleta de dados quanto o do entrevistado. Nas ciências sociais, normalmente, o objeto de estudo reage diante do pesquisador, diferente do objeto físico e passivo estudado nas ciências naturais. Segundo as autoras, no momento da interação, a relação intersubjetiva que se estabelece entre entrevistador e entrevistado, é de fundamental importância para permitir o acesso aos significados atribuídos pelas pessoas aos eventos ocorridos.

Em relação a sua estruturação, por sua vez, as entrevistas podem ser estruturadas, semiestruturadas ou não estruturadas. Como o excesso de estruturação pode inibir a livre manifestação da opinião do entrevistado, o que é fundamental para a compreensão de sistemas de valores e significados de um grupo social, e a entrevista não estruturada impede que o pesquisador mantenha o foco no tema durante a entrevista, nesta pesquisa optou-se por um roteiro de entrevista semiestruturada afim de incentivar as mulheres entrevistadas a falarem de suas vivências de maneira norteada.

Segundo FRASER e GONDIM (2004) a entrevista “consiste em um tipo de interação com objetivos específicos, que visa a compreensão de como os sujeitos percebem e vivenciam determinada situação ou evento que está sendo focalizado” (FRASER e GONDIM, 2004, p.8). O roteiro irá orientar a condução da entrevista, mas também evitará a restrição às perguntas pré-definidas, não impedindo o aprofundamento de aspectos que possam ser relevantes para o entendimento do objeto de estudo.

Para a elaboração do roteiro de entrevista, o referencial teórico é fundamental, para priorizar questionamentos que seriam pertinentes para a obtenção de respostas ao problema de pesquisa em questão.

O roteiro permite verificar como os atores sociais percebem e vivenciam determinada situação, mas exige de antemão um conhecimento do entrevistador acerca do contexto em que o entrevistado está inserido. De acordo com FRASER e GONDIM(2004), na abordagem qualitativa, o que se pretende é entender as motivações, significados e valores que sustentam as opiniões e as

visões de mundo das pessoas, é dar voz ao outro e compreender de que perspectiva ele fala, e isso exige uma aproximação do entrevistador com o mundo do entrevistado.

A esse respeito, as referidas autoras dizem que “é importante ter clareza de que a entrevista em pesquisa qualitativa visa a compreensão parcial de uma realidade multifacetada concernente a tempo e contexto sócio-histórico específicos” (FRASER e GONDIM, 2004, p.9). Na perspectiva desses autores, isso significa reconhecer que “as visões de mundo de grupos humanos se sustentam nos níveis de compartilhamento vivenciados por eles: época, lugar, processos de socialização, nível de desenvolvimento da ciência e da sociedade, hábitos e costumes culturais, língua, ambiente etc.” (FRASER e GONDIM, 2004, p.9). Assim, existe a possibilidade de diferentes entrevistadores e entrevistados chegarem a conclusões distintas sobre um mesmo tema investigado, por isso aqui nesta pesquisa optamos por ouvir mulheres negras ativistas e não ativistas acerca de suas percepções sobre o ato de alisar o cabelo.

As autoras dizem que a seleção dos entrevistados deve estar relacionada à segmentação do meio social a ser pesquisado, pois “a fala de alguns indivíduos de um grupo é representativa de grande parte dos membros deste mesmo grupo inserido em um contexto específico” (FRASER e GONDIM, 2004, p.10). E acrescentam:

Em um ambiente social específico, o espectro de opiniões é limitado, pois a partir de um determinado número de entrevistas percebe-se o esgotamento das respostas quando elas tendem a se repetir e novas entrevistas não oferecem ganho qualitativo adicional para a compreensão do fenômeno estudado. Isto significa que já se torna possível identificar a estrutura de sentido, ou seja, as representações compartilhadas socialmente sobre determinado tema de interesse comum [...]Considera-se, então, que o número de entrevistas deve ser pensado levando-se em conta os objetivos da pesquisa, os diferentes ambientes a serem considerados e, principalmente, a possibilidade de esgotamento do tema. (FRASER e GONDIM, 2004, p.9)

Foi apresentado aqui o percurso realizado para capturar as informações que responderiam ao problema de pesquisa junto aos seus objetivos. No tópico seguinte será apresentada a análise dos dados coletados através das entrevistas semiestruturadas, realizadas no período entre julho e agosto de 2016 com as 10 respondentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A média de idade das respondentes da pesquisa é de 25,3 anos, tendo a de menos idade 18 anos, e a de mais idade 33 anos. Todas têm ensino médio completo, sendo 5 cursando nível superior, 1 com superior completo, 1 com superior incompleto, 2 com pós-graduação stricto sensu (Mestrado), 1 com pós-graduação lato sensu (Especialização). As entrevistadas apresentam renda média de 4,5 salários mínimos, sendo a maior renda familiar de seis salários mínimos e a menor de um salário mínimo. As falas das entrevistadas serão apresentadas pelas letras iniciais do nome, seguidas de idade e classificação (se são ativistas em movimentos sociais ou não). O quadro 1 a seguir apresenta de maneira resumida o perfil das entrevistadas:

Quadro 1: Perfil Socioeconômico das Entrevistadas

Identificação - iniciais	Idade (anos)	Nível de escolaridade	Profissão	Renda (em SM ⁴²)	Possui engajamento sociopolítico?	De que natureza?	Grupo
A.	25	Superior cursando	Estagiária	2 SM	Não	-	Não-Ativistas
D.N.	33	Pós-graduação (Especialização)	Funcionária Pública Estadual	2 SM	Sim	Movimento de Mulheres Negras	Ativistas
D.F.	22	Superior cursando	Auxiliar administrativo	6, 5 SM	Não	-	Não-ativistas
M.D.	32	Pós-graduação (Mestrado)	Pedagoga	5 SM	Não	-	Não-ativistas
F.	19	Superior cursando	Estudante	4 SM	Sim	Movimento negro	Ativistas
G.	18	Superior cursando	Estudante	1 SM	Sim	Coletivo Feminista Classista	Ativistas
K.	20	Superior cursando	Estudante	4,5 SM	Sim	Coletivo Feminista	Ativistas
L.	29	Pós-graduação (Mestrado)	Advogada	3 SM	Sim	Movimento de Mulheres Negras	Ativistas
N.	25	Superior completo	Psicóloga	4,5 SM	Não	-	Não-ativistas
P.	30	Superior incompleto	Bancária	5 SM	Não	-	Não-ativistas

FONTE: Elaboração da autora (2016)

Para entender o significado que essas mulheres negras atribuem ao processo de alisamento, buscou-se entender primeiro *quando e porque começaram os processos de alisamento capilar* na vida dessas mulheres, de quando datam e sob quais influências eles foram realizados. Também

foram questionadas sobre como era a sua relação com o próprio cabelo no período da infância e adolescência e como era a aceitação de seus cabelos no ambiente escolar.

Os alisamentos datam da infância ou início da adolescência para a maioria delas. Aqui, o marco entre um período e outro foi considerado a idade de 12 anos. Sendo que 4 respondentes informaram terem seus cabelos alisados antes mesmo de completarem 5 anos de idade, não podendo ser, portanto, uma escolha consciente e sim influenciada e, em alguns casos, dirigida por um adulto ou responsável. Nestes casos, foram citadas mães, primas e tias. Algumas respondentes informaram terem realizado o primeiro alisamento no cabelo ainda dentro do ambiente doméstico, passando só depois de alguns anos a frequentar um salão de beleza afim de realizar a manutenção do alisamento.

A suposta facilidade de cuidar de um cabelo alisado foi relatada como sendo o fator que motivou essas mães/primas/tias a alisarem o cabelo das entrevistadas logo na infância ou início da adolescência:

“Eu não lembro o por quê, foi porque a minha mãe queria, como diz ela, 'abaixar aquela juba', 'dar jeito'. Pra ela era mais fácil, a minha mãe queria dar um jeito no meu cabelo mesmo. Não foi uma decisão minha, não... eu nem lembro...” (A. 25 anos, não-ativista)

“O por quê eu acho que era mais fácil, era praticidade, porque né?! Depois que você alisa ele fica mais baixo, você fica menos tempo arrumando o cabelo. Acho que foi por isso...eu não lembro muito”. (D. F., 22 anos, não-ativista)

“Eu acho que veio como solução [...]era aquela ideia de arrumar o cabelo, de ter uma forma de arrumar”. (D.N., 33 anos, ativista)

“Eu lembro que a minha mãe falou 'ok, vou alisar o cabelo dela pra ficar mais fácil de pentear, de cuidar e tal...' e ai foi, eu tinha 5 anos e ai alisei o cabelo pela primeira vez, e o meu cabelo caiu”. (F, 19 anos, ativista)

As piadas, apelidos e deboches dos colegas da escola também foi um fator que estimulou essas mulheres, naquela época ainda muito jovens, a desejarem um cabelo liso e por isso solicitaram aos seus responsáveis que iniciassem a busca por alisamentos e/ou salões onde pudessem realizar o procedimento de alisamento/escova/chapinha que, em alguns casos, chegava a ocorrer mensalmente:

“Eu tava com os meus 9 pra 10 anos e foi muito por isso, assim, a questão da escola eu tenho certeza que foi um fator predominante pra eu alisar o meu cabelo.[...]a escola foi assim, o fator fundamental, acho que se eu não tivesse passado tanta coisa que eu passei na escola eu nunca teria alisado o cabelo. [...]Sempre foi isso, assim, piadinhas de péssimo gosto, nossa... eu lembro que tanto os meninos quanto as meninas também tinham sempre muito daquela coisa da encarnação, ' ah tem que

arrumar esse cabelo”, a própria escola né, com essa coisa de 'ah tem que dar um jeito', 'ai, não tá adequado', sempre foi assim, e eu acho que isso contribuía ainda mais pra eu... ter que, literalmente, ter que dar um jeito nisso”. (N., 25 anos, não-ativista)

A seguir temos o relato de uma entrevistada do grupo das ativistas, que também sofreu com o racismo no ambiente escolar e por isso, aos 12 anos, solicitou à sua mãe que começasse a realizar alisamento no seu cabelo. Das entrevistadas de ambos os grupos, essa foi a única que disse ser filha de uma mulher branca, e talvez por isso essa mesma mulher branca nunca pudesse ter sugerido ou induzido a entrevistada a alisar o cabelo, porque essa mãe já tinha o cabelo liso e não havia passado pela experiência de ter a necessidade de alisar o próprio cabelo para ser aceita em determinado espaço ou bem vista socialmente:

“No final da minha infância já, quando eu tinha cerca de 12 anos, a situação do racismo na escola começou a ficar insuportável de novo, porque é justamente a fase da entrada na adolescência, aí começa a mesma cobrança de novo, você não cumpre os requisitos de feminilidade de uma mulher e aí eu cheguei pra minha mãe e falei ‘mãe, quero alisar’ e minha mãe nunca, nunca tinha sugerido, [...] minha mãe nunca falou nada de alisamento[...]” (L., 29, ativista).

A justificativa, segundo ela, foi “porque quem me educava era uma mulher branca, por bem ou por mal ela não sabia como introduzir isso”, se referindo à discussão racial, que passa pela relação com o cabelo crespo e também pelas experiências de racismo, que uma mulher branca não experimenta.

A convivência em ambientes onde a maioria dos frequentadores eram pessoas brancas também acirrou as relações raciais e contribuiu para que essas meninas sofressem discriminação e por isso desejavam ainda mais alisar o cabelo. Uma das entrevistadas relatou que a sua convivência em um meio social predominantemente branco fez com que ela desejasse muito ter um cabelo liso para se aproximar da estética das pessoas com as quais convivia:

“A minha mãe sempre cuidou do meu cabelo e a minha relação com o cabelo era péssima, porque assim, eu vivia num ambiente 100% branco e não podia usar o cabelo solto, sempre ter o cabelo trançado, aquelas maria-chiquinha de uma trança só, e vinham os apelidos, então assim a minha relação era péssima com o cabelo eu não gostava de ter o cabelo daquele jeito e via todas as pessoas maiores a minha volta tudo com o cabelo alisado, então eu queria alisar também o cabelo, não me lembro bem quando eu comecei, mas eu acredito que foi por volta dos 6 anos, mas então assim, a minha relação não era boa”. (P, 30 anos, não-ativista)

Outra entrevistada também disse, nesse sentido, que a recepção das pessoas brancas com as quais convivia, melhorou depois que ela passou a alisar o cabelo. O alisamento foi apresentado por

algumas das entrevistadas como uma espécie de mecanismo de ascensão social, onde, por meio dele, elas puderam se sentir inseridas em determinados espaços:

“Antes de eu alisar eu acho que as pessoas tinham uma resistência assim, porque eu estudava em escola particular e assim, eram muito poucas as meninas negras que tinham na minha sala. Eu me lembro assim, acho que só tinha eu por muito tempo[...]depois que eu alisei acho que a recepção melhorou um pouco porque ai as pessoas começam a te ver de uma forma diferente, conforme você vai se embranquecendo você vai sendo mais aceito, o que é... no sistema em que a gente vive né, numa sociedade ainda bem racista, eu acho que é uma coisa normal, assim, padrão é você se embranquecer e ter acesso a espaços.” (F, 19 anos, ativista)

A não aceitação foi o que incentivou essas mulheres a caminharem em direção à busca por alisamentos capilares, como se uma força social as pressionasse nesse sentido. Os trechos a seguir demonstram esta sensação, onde a percepção que o outro faz de nós, acaba determinando quem queremos ser:

“E a gente é criança e não sabe como lidar e [...] eu sentia que o meu cabelo não era bonito, que não era aceitado, eu queria esconder, eu queria prender, queria alisar...” (L. 29 anos, ativista)

“Então eu sempre ficava com aquela coisa de piadinha de mal gosto na escola, então eu desde muito nova aquela coisa de quero alisar, quero alisar e ai assim comecei a alisar, mas ao mesmo tempo que eu alisava eu não tinha nenhuma noção, assim, de porque eu queria alisar o cabelo... não sabia nada de racismo mas eu... mesmo com o cabelo alisado. Eu não me sentia bem, eu sabia, assim, que aquilo era um paliativo, assim, mas não me sentia inserida naquilo, eu não me sentia bem, eu... era uma coisa que eu sempre tive certeza que eu fazia pra ver se parava de ouvir as piadinhas de mal gosto, então assim, eu não fazia porque eu queria”. (N, 25 anos, não-ativista)

O alisamento, em alguns casos, foi visto por essas mulheres negras como paliativo, visto que as ofensas não eram simplesmente contra o cabelo das entrevistadas, mas eram, inclusive, uma forma de rejeitar/depreciar o corpo negro que ocupava aquele espaço escolar ou familiar.

Algumas entrevistadas relataram não perceber diferença alguma com relação à sua aceitação num determinado espaço, tendo elas alisado o cabelo ou não, o que confirma a tese de que as ofensas dirigidas ao cabelo de uma pessoa negra são, na verdade, ofensas dirigidas ao negro em si, na medida em que o cabelo crespo é o cabelo do negro e por isso a questão do cabelo tem como pano de fundo as tensões raciais:

“Na verdade eu passei por uma situação dessas que me chamaram de crioula dentro da sala de aula, eram casos extremos, mas o mais comum era as pessoas descontarem no cabelo né, justificar o racismo no cabelo pra falar que é questão estética, que não é racismo, numa tentativa de 'ah, eu não estou falando mal da sua raça, eu to falando mal do seu cabelo' como se isso fosse possível” (L, 29 anos, Ativista)

“Não era bem aceito. É engraçado que, por mais que você alise o seu cabelo, ele continua não sendo aceito”. (K, 20 anos, ativista)

“ Nunca gostei de fazer escova, nunca gostei de fazer piastra⁵, mas eu fazia pra tentar minimizar esse impacto da escola, mas falar assim 'nossa, eu adorava fazer...' não nunca!” (N, 25 anos, não-ativista)

“ Na escola também era assim, né, a principal forma de brincar ou de ofender era a partir do cabelo, do corpo, né, das características físicas, das minhas características” (D.N. , 33 anos, ativista)

O relato a seguir se mostra bastante interessante no sentido de como essa mulher negra percebeu à época o tratamento recebido na escola primária, situada em um bairro periférico da cidade de Juiz de Fora, onde, segundo ela, crianças brancas eram mais queridas e populares, e as negras recebiam menos atenção, inclusive por parte dos professores. Isso mostra que a condição racial das crianças negras, assim como Eliane Cavalleiro (1998) já pesquisou, determina a quantidade e a qualidade de atenção e cuidado por parte dos professores do ensino primário. Além disso, a entrevistada ressalta que, em ambientes predominantemente ocupados por pessoas negras, as tensões raciais entre pessoas do mesmo grupo racial, neste caso, entre os negros, ficam um pouco menos latentes, porém não deixam de existir:

“ Então, eu estudei numa escola em que a maioria das crianças eram negras também, era um ou outro que era branco e tinha o cabelo liso ou cacheado,[...] a maioria das crianças tinha o cabelo crespo também então eu não sentia diferença, a gente invejava aquelas que tinham o cabelo liso né, que eram as mais populares, as mais bonitas, que os menininhos namoravam [...] e que de uma certa forma acho que tinham um olhar diferenciado das outras pessoas, professores... elas se diferenciavam, mesmo sendo num bairro de periferia” (M.D., 32 anos, não-ativista)

Este relato traz à tona também a questão afetiva na visão de crianças negras, que se sentem menosprezadas e isso leva a diminuição da sua autoestima. Nessa direção, outras duas entrevistadas também mencionaram o fato de não se verem, naquela época, como crianças bonitas, e que, segundo elas, não despertavam a atenção ou o interesse dos colegas de maneira positiva e nem eram as “preferidas” dos meninos no momento da escolha por um par romântico.

“Quando você é preta, quando você tem o cabelo trançado, você não é popular, a menina popular é a menina branca do cabelo liso, de preferência de cabelo grande.”

(A, 25 anos, não-ativista)

“Inclusive, uma das meninas popularzinha [sic] da sala, virou e falou assim ' ah, mas também se eu tivesse o cabelo assim eu alisava mesmo” e assim... foi um processo de degradação e de diminuição de autoestima”. (L, 29 anos, ativista)

“ Porque eu fui uma criança sem autoestima. Eu nunca peguei e falei 'eu me sinto bonita, hoje eu vou conquistar alguém, eu vou namorar', não... eu sempre pensei 'não, eu não vou namorar ninguém, eu não vou conseguir ninguém, minhas amigas brancas vão conseguir'. E quando a gente fala isso as pessoas falam que é inveja, não, não é inveja, nossa, quem dera se eu só tivesse inveja [...]” (K, 20 anos, ativista)

Do total de 10 entrevistadas, apenas uma, do grupo das não-ativistas, disse ter tido uma boa aceitação do seu cabelo no ambiente escolar e outra, do mesmo grupo de não-ativistas, disse não se lembrar de ocorrerem situações onde os colegas da escola debochavam de seu cabelo.

Uma entrevistada do grupo das ativistas, inclusive, disse que seu primeiro alisamento ocorreu quando ela tinha apenas 3 anos por conta de uma solicitação da professora que disse que seu cabelo tinha mais propensão a pegar piolho e por isso sua mãe deveria alisá-lo o quanto antes:

“Eu comecei a alisar eu tinha cerca de 4 anos porque a professora pediu pra minha mãe porque eu peguei piolho, ai ela pediu falando que era melhor e tal, porque o meu tipo de cabelo propiciava a coisa do piolho e ai a minha mãe alisou o meu cabelo e desde então eu não me via de outra forma a não ser com o cabelo alisado[...] foi triste a minha infância com o cabelo.” (K. 20 anos, ativista)

Neste relato percebe-se também o processo de distorção da identidade, ainda em construção, dessa mulher negra. Quando a entrevistada diz que, desde bem pequena, depois de ter alisado o cabelo pela primeira vez, ela não conseguia mais se ver ou pensar a sua imagem de outra forma, temos o exemplo de como o cabelo, enquanto um dos componentes que atesta a negritude dos corpos, pode, de acordo com sua manipulação, desconfigurar a identidade racial de uma mulher negra, ainda muito cedo. Ai se encontra o cerne da discussão sobre como o alisamento capilar pode provocar a perda de identidade nessas mulheres negras. Longe de parecer uma determinação para que toda mulher negra aceite e assumo o seu cabelo em sua forma natural, objetiva-se com a apresentação desses relatos, elucidar a forma como a escolha por alisar ou não o cabelo, feita de uma forma consciente ou não, não está relacionada apenas a gosto ou estilo. Essa escolha está atrelada às questões raciais, sociais e emocionais que envolvem pessoas negras e brancas.

Foi comum para a maioria das entrevistadas o uso das tranças no período da infância e início da adolescência, o que pra todas elas, era visto como algo negativo, algumas, inclusive, relataram que não se sentiam bonitas usando tranças. A trança era o penteado utilizado pelas mães/primas/tias para manter o cabelo das entrevistadas preso e “arrumado” por um determinado período, evitando

assim que se fosse necessário pentear diariamente aquele cabelo crespo considerado “difícil de lidar”. As tranças naquela época representavam para essas meninas uma limitação. Era a certeza de ter seu cabelo com um mesmo penteado por dias seguidos, sem a possibilidade de variação, o que, segundo elas, não foi uma experiência positiva.

“Eu lembro disso, eu vivia de cabelo trançado” (D.F., 22 anos, não-ativista)

“Minha mãe trançava ele (o cabelo) meio de semana e eu sempre me sentia feia com aquelas tranças, entendeu? Não era o cabelo que eu queria” (A., 25 anos, não-ativista)

“Minha mãe sempre trançou o meu cabelo só que ela nunca foi muito boa de cuidar do meu cabelo, sabe? E eu não gostava muito das tranças, não me sentia uma criança bonita usando tranças, mas usei trança durante muito tempo, até uns 7 anos de idade ...” (M.D., 32 anos, não-ativista)

“Eu lembro que a minha mãe fazia trancinha no meu cabelo pra eu ir para a escola e eu reclamava muito, porque 'nossa mãe, eu vou ficar igual aquelas pretinhas ali da favela'”. (F, 19 anos, ativista)

A trança foi relatada como uma lembrança negativa da infância para as mulheres entrevistadas, porém, para algumas delas, as tranças puderam ser hoje ressignificadas em sua fase adulta. Quando perguntadas sobre o que mudou com relação às suas experiências com o cabelo trançado na infância e hoje, já adultas, algumas delas disseram que naquela época, quando crianças, a trança representava um aprisionamento, ela representava a negação de diversas possibilidades, entre elas a possibilidade de poder usar o cabelo solto. O que para as mulheres negras entrevistadas foi lugar comum. Apenas a entrevistada que é filha de uma mulher branca apresentou relatos diferentes destes (não teve seus cabelos alisados e nem presos durante o período da infância).

“Eu gosto, hoje em dia a minha relação com trança é diferente. Hoje em dia a trança tem um outro significado na minha vida. Hoje a trança pra mim é um sinal de liberdade, eu posso fazer do meu cabelo aquilo que eu quiser, na época a trança era uma limitação, eu só podia usar trança. (P, 30 anos, não-ativista)

A partir do processo de ressignificação do uso do cabelo crespo natural, permitiu a essas mulheres também ressignificarem os penteados que as “aprisonavam” durante a infância. Para P., hoje a trança não mais representa uma limitação e sim uma nova possibilidade de exercer sua liberdade e usar o cabelo de variadas formas, sem se limitar ao liso ou ao crespo natural. Já para a entrevistada F., a estética dos cabelos trançados transmitem a ela um sentido de conexão com suas raízes culturais, com a sua ancestralidade, sem deixar de ser também um penteado que simboliza

resistência, visto que, assim como o cabelo crespo, o cabelo trançado ou dreadlocks⁶ ainda são vistos socialmente de uma maneira depreciativa.

“Então, quando eu era criança nossa eu tinha pavor de trança, acho que era o pior penteado, mas nesse processo de transição eu acho que fui me descobrindo e além de me descobrir eu fui descobrindo as minhas raízes, então, hoje a trança pra mim é um símbolo de resistência muito forte, e não só de resistência, ela é um símbolo de conexão, não só com outras pessoas negras mas uma conexão com a África, com toda a história do povo negro, com todo o nosso passado, com as nossas raízes culturais [...] e além disso é uma demarcação, assim, a gente que tá na academia, que está em espaços de militância, em espaços brancos, quando eu chego com a minha trança eu sinalizo de onde eu vim e porque eu estou naquele ambiente e pra onde eu vou... eu acho que tem uma expressão política muito forte na minha vida” (F, 19 anos, ativista)

GOMES (2008) nesse sentido analisa a forma como alguns tipos de penteados foram politizados pelos negros e negras em diáspora como forma de retomada ou reaproximação das culturas africanas. As tranças são um exemplo disso, uma forma de preservação da identidade negra. Dessa maneira, segundo a autora, “podemos dizer que, na diáspora, a simbologia do cabelo do negro não se perdeu totalmente, porém assumiu novos sentido, e um deles é o político” (GOMES, 2008, p. 200) como o citado pela entrevistada acima.

Apenas duas entrevistadas, ambas do grupo das ativistas, não passaram a infância usando tranças no cabelo. Uma delas porque teve seu cabelo alisado muito cedo, com apenas 3 anos de idade, depois da sugestão, que mais pareceu uma solicitação, da professora para que alisasse o cabelo como forma de combate e posterior prevenção ao piolho. A outra, que por ser filha de uma mulher branca que a manteve com os cabelos crespos soltos durante boa parte da infância, também não teve experiências com tranças, manteve seus cabelos crespos naturais até que, por motivos de sofrer racismo na escola, pediu à mãe que alisasse seu cabelo, aos 12 anos.

As entrevistadas relataram também que por conta de permanecerem boa parte da infância com os cabelos presos e/ou trançados, e mais tarde já empregarem os procedimentos químicos capilares, elas desconheciam a textura natural de seus fios.

⁶ Dreadlocks ou no diminutivo dreads é uma forma de manter o cabelo que consiste em deixar-lo crescer naturalmente e na medida em que ele embaraça vão se formando mechas de cabelo mais grossas e com aspecto cilíndrico. Este estilo é associado ao rastafarianismo, religião afro-caribenha que proíbe que seus adeptos cortem ou penteiem os cabelos.

“É assim, eu só andava com o cabelo preso, trançado, era a minha mãe que trançava, e eu não saía muito com ele solto, então eu não conhecia o meu cabelo, [...] eu não, na verdade, não me lembro como era o meu cabelo na infância, porque ele passou a maior parte do tempo preso e trançado.” (D.N., 33 anos, ativista)

“Na infância eu lembro que a minha mãe fazia muita trancinha no meu cabelo, ou a minha mãe ou uma tia minha ou uma vizinha trançavam e eu lembro que... eu não lembro de como era o meu cabelo”. (G, 18 anos, ativista)

Na adolescência é comum os alisamentos se intensificarem e se tornarem mais frequentes e regulares. Outro fator de mudança é que na adolescência, os cuidados e a responsabilidade com o cabelo passam da tutela do adulto para as próprias jovens. Dessa forma, as entrevistadas relataram terem usado químicas mais fortes e de maneira mais recorrente a partir da adolescência.

“Alisamento, muito alisamento! [...] eu alisava, fazia relaxamento de três em três meses, e no meio do relaxamento eu fazia *selagem*⁷, então eu alisava o meu cabelo todo mês praticamente. Não deixava crescer um centímetro de raiz e eu gostava do meu cabelo, eu adorava. (A, 25 anos, não-ativista)

“Na adolescência foi quando eu, na pré-adolescência né, 11, 12 anos eu comecei a passar mais alisante mesmo[...] ai eu comecei a alisar mesmo em casa” (G, 18 anos, ativista)

“Eu comecei, além de alisar o cabelo,[...]eu comecei a fazer uma pressão com a minha mãe de novo, tipo 'eu quero fazer chapinha, eu quero fazer chapinha' o tempo todo!” (L, idade, ativista)

“Ah, eu já tava... continuei não gostando de fazer alisamento e piastra, mas eu tava assim, 'ah, acostumei', eu naturalizei essa coisa de ter que ir no salão, de ter que alisar, de ter que fazer, então eu naturalizei...” (N, 25 anos, não-ativista)

De maneira a saber as razões que influenciam quando e porque as mulheres negras começam a alisar o cabelo, as entrevistadas de um modo geral informaram que as mulheres negras de sua família, aquelas que as cuidavam na infância, apresentavam dificuldades em manusear o cabelo crespo natural, por isso optaram por alisar o cabelo das entrevistadas ainda meninas, da mesma forma que já haviam feito com os seus próprios cabelos em algum momento da vida.

Vale ressaltar que as mulheres negras parentes das entrevistadas alisavam o cabelo dessas a partir de uma experiência que já tinham vivenciado em si próprias, com exceção de apenas uma das respondentes. O alisamento representou em alguns casos um período de transição do cabelo

⁷Procedimento químico realizado afim de alisar cabelos crespos e cacheados

trançado durante infância para o cabelo alisado na adolescência, no que diz respeito às práticas de manipular o cabelo dessas meninas.

O cotidiano escolar também acirrou a problemática racial. Dessa forma, a convivência entre os colegas negros e não-negros no espaço escolar, influenciou também, em alguns casos, o início dos processos de alisamento capilar.

Para compreender *as razões que as levam a deixar de alisar o cabelo*, solicitou-se que relatassem como foi o processo de volta ao cabelo natural, depois de passarem pelos procedimentos químicos. As motivações para o abandono das químicas capilares foram diversas, variando de influência de outras mulheres negras até a queda de cabelo provocada pelo excesso de alisamentos, passando pela frustração com os resultados dos procedimentos químicos, porém, após passar pelo processo de transição capilar, essas mulheres negras, militantes ou não, assumem uma postura política frente à questão racial.

Por meio da pergunta sobre quando as entrevistadas optaram por deixar seu cabelo natural, percebe-se que para quatro delas a influência veio dos grupos e/ou de projetos de valorização divulgados nas redes sociais, onde várias mulheres negras que passavam pelo processo de transição se reuniam para trocar experiências e incentivar umas às outras a permanecer no processo de deixar o cabelo natural novamente. Estas mesmas respondentes citaram o “Encrespa Geral⁸”, como sendo um marco importante na decisão de deixar o cabelo natural e citaram também a página Cacheadas em Transição⁹ e Meninas Black Power¹⁰, no Facebook.

Para uma entrevistada, que é advogada e ativista, o fato de estar inserida no movimento negro e nos debates em torno da questão racial e de gênero a fizeram problematizar a questão do uso do cabelo alisado. O contato com a discussão racial fez também com que outras duas entrevistadas do grupo das mulheres negras ativistas abandonassem os alisamentos capilares.

Para três respondentes do grupo das mulheres negras não-ativistas, o que as levou a

8 O Encrespa Geral é um projeto de incentivo e valorização do uso do cabelo natural que surgiu em 2011 nas redes sociais, em 2013 se tornou um Instituto de Promoção Humana, Desenvolvimento Social e Cultural. As ações do instituto englobam ainda, a divulgação da cultura afro-brasileira e africana, por meio de eventos semestrais.

9 O grupo Cacheadas em Transição foi criado em 2012 na rede social Facebook. É um grupo virtual de interação que foi criado com o objetivo de valorizar a beleza natural daquelas mulheres que optaram pelo abandono das químicas transformadoras da estrutura capilar. Neste grupo é proibido o incentivo ao uso de químicas para o cabelo, porém a presença de membros que façam uso de alisamentos no cabelo é permitida. Nesta comunidade também é permitido compartilhar conhecimentos sobre receitas caseiras, técnicas de penteados e cosméticos.

10 A página do MBP que também se encontra vinculada ao Facebook é na verdade o site de um coletivo de mulheres negras do Rio de Janeiro, que usam a rede social para discutir a questão racial e de gênero com mulheres de outras regiões do país.

abandonar os alisamentos, já na idade adulta, foi o fato dos procedimentos químicos afetarem sua saúde, deixando queimaduras e feridas no couro cabeludo após a aplicação do produto.

“Foi porque eu não aguentava mais o sofrimento do alisante, nossa a minha cabeça feria demais, demais, demais, demais!” (P, 30 anos, não-ativista)

Uma das entrevistadas, do grupo das ativistas, a mesma que teve o cabelo alisado aos 3 anos de idade, relatou ter deixado os alisamentos de lado depois de sofrer uma queda capilar muito brusca onde teve que permanecer por um longo período usando apliques.

“Eu fiquei sem cabelo e aí eu comecei a usar mega hair¹¹, comecei a usar um monte de aplique.” (K, 20 anos, ativista)

O alisamento para as entrevistadas, em alguns momentos deixou de ser a solução e se transformou num problema, gerando ferimentos no couro cabeludo ou provocando a queda de cabelo. Dado o fato de o cabelo longo ser, em alguns casos, o atestado da feminilidade, ficar com o cabelo quebradiço ou muito curto era visto pelas mulheres entrevistadas como um demérito.

Dessa forma, as razões que levam essas mulheres abandonarem os alisamentos químicos são as mais variadas, e é interessante observar que o incentivo para alisar o cabelo começa dentro de casa, através das mulheres de sua família, porém o incentivo para deixar os alisamentos geralmente vem de outros grupos, de militância ou de grupos virtuais, onde a questão racial atrelada a questão de gênero também é colocada em pauta. Em casos extremos, a opção de deixar o cabelo natural decorre de episódios traumáticos, como a queda de cabelo provocada pelo excesso de química.

Sobre as implicações objetivas e subjetivas do ato de deixar de alisar o cabelo, as 10 entrevistadas foram perguntadas sobre quais seriam os aspectos positivos e negativos de assumir o cabelo natural, e ainda, quais foram as reações das pessoas com as quais elas convivem, seja em casa, no trabalho, ou no ambiente acadêmico, visto que todas as entrevistadas da pesquisa cursaram ou estão cursando atualmente o ensino superior.

Entre os aspectos positivos de deixar o cabelo natural temos através dos relatos a questão de afirmação política como sendo uma implicação social positiva para as entrevistadas.

“[...] mas eu acho que a sua presença, a sua postura é uma postura política, não

11O mega hair é um alongamento capilar, onde é feita a adição de cabelos naturais ou sintéticos afim de proporcionar maior comprimento aos cabelos.

adianta, a gente diz claramente a que veio, quem você é, quem você escolhe ser quando você assume um cabelo desses, totalmente natural, crespo, então tem os aspectos negativos e os aspectos positivos né?!” (M.D., 32 anos, não-ativista)

“Esse empoderamento individual também reflete na minha ação de militante, até mesmo no meu compromisso, porque é uma ação política, eu tenho o meu cabelo hoje como um ato político, então eu tô nos espaços e tô afirmando o tempo inteiro que eu sou preta e eu quero afirmar”. (L. 29 anos, ativista)

“A questão política pra mim é um aspecto positivo[...]apesar de ser uma questão política de ter o cabelo crespo na sociedade racista”. (A, 25 anos, não-ativista)

Outro aspecto positivo que se mostrou relevante para algumas entrevistadas foi a possibilidade de autoconhecimento através do processo de assumir-se negra e crespa. Esse autoconhecimento também proporcionou um resgate ou reforço na autoestima dessas mulheres.

“Eu acho assim que tem uma... assim... acho que são muitas coisas, a primeira é você se conhecer mesmo, eu acho que é um processo de autoconhecimento, é você saber quem você é, qual o lugar que você ocupa no mundo e para além disso tem uma questão de autoestima também, você se amar, você ter uma relação boa contigo, e assim, acho que além disso tudo existe uma relação que a gente estabelece com outros indivíduos (F, 19 anos, ativista)

A aceitação do corpo negro também foi apontada por duas entrevistadas do grupo das ativistas como sendo um aspecto positivo de assumir o cabelo crespo natural. Para essas duas entrevistadas é muito clara a relação entre cabelo crespo e corpo negro, e uma delas inclusive menciona que o cabelo crespo para ela é seu “caráter ‘fisio-biológico’ mais marcado de mulher preta”, ou seja, que atesta, afirma e reivindica o seu pertencimento racial. Já a outra entrevistada mencionada abaixo diz o quanto foi importante para ela assumir o cabelo naturalmente crespo enquanto um marcador identitário. Identidade essa, que segundo ela, está em construção, na medida em que deixou seu cabelo natural recentemente, e foi a partir dele que começou a enxergar seu próprio corpo, e com isso passou a enxergar-se enquanto mulher e negra.

“[...]eu me sinto melhor comigo mesma.[...] então é positivo por isso, nesse ponto, nessa questão de admitir o meu caráter fisio-biológico mais marcado de mulher preta. [...]então, da perspectiva estética, esse é o benefício, é eu me aceitar internamente e perceber que eu sou bela com o cabelo que eu vim ao mundo, [...] (L. 29 anos, ativista)

“é uma outra possibilidade que se abriu pra mim, [...] foi muito importante pra minha identidade, pra aquilo que eu tô construindo de mim mesma e pra eu me enxergar [...] eu acho que o crespo me possibilitou eu olhar para o meu rosto [...]

cabelo é corpo, então eu pude enxergar o meu corpo”. (D.N., 33 anos, ativista)

Por fim, outro aspecto positivo frequentemente mencionado pelas mulheres negras que foram entrevistadas foi a liberdade de poderem se mostrar do jeito que são naturalmente. Sem ter que sofrer uma adequação estética que as aproximasse de um padrão socialmente valorizado. Ao expressar esse sentimento de liberdade que agora possuem, muitas delas também expressaram alívio em suas falas, alívio este que pode ser atribuído à possibilidade de experimentar seu cabelo natural e não mais se prenderem às experiências exaustivas de manutenção de um cabelo alisado artificialmente. Uma das entrevistadas, do grupo das ativistas, que mencionou a questão da liberdade como sendo algo positivo no processo de assumir o cabelo natural, disse inclusive, que antes, quando mantinha o cabelo alisado, se sentia uma falsificação. Isso nos faz crer que nem ela mesma se identificava com aquela imagem embranquecida de si mesma.

“Acho que me dá liberdade, eu não me sinto presa à nada”. (M.D., 32 anos, não-ativista)

“Ah eu acho que é a sensação de liberdade, nossa liberdade mesmo!” (N, 25 anos, não-ativista)

“Nossa, gente, que liberdade! Que delícia! Eu acho que quando a gente alisa o cabelo a gente usa uma máscara você fica 'ai, eu não posso fazer isso', 'ai, eu não posso fazer aquilo', 'ai, tem que retocar a raiz', 'ai, eu tenho que fazer escova', 'ai, eu tenho que fazer chapinha' e quando o seu cabelo tá crespo você não precisa de mais nada. Você levantou, você fala 'não, eu sou assim' e você começa a se gostar desse jeito”. (P, 30 anos, não-ativista)

“Poder ser livre e não me mascarar, não me esconder, porque eu me sentia uma farsa...” (K., 20 anos, ativista)

A respeito dos aspectos negativos temos que as piadas racistas e os olhares de reprovação da sociedade foram os mais citados entre as ativistas e não-ativistas. Podemos notar que para ambos os grupos, as experiências de racismo são muito parecidas, e que mesmo aquelas que não se engajam politicamente em nenhum movimento social, o percebem e o reconhecem com a mesma facilidade.

“Enfrentar a sociedade. Enfrentar piadinhas, que você sabe que não é carinhosa [...] então a gente enfrenta isso, os olhares nas ruas, sabe? É muita coisa, o racismo, é muita coisa que a gente sabe que a gente enfrenta e que não é fácil”. (A., 25 anos, não-ativista)

“Eu acho que o aspecto negativa é a reação das pessoas, muito por conta dessa

herança racista que a gente tem né,[...]as pessoas não tem uma reação boa quando você assume o seu cabelo natural”. (F, 19 anos, ativista)

“Nossa... ai vai... um monte, um monte... é, vou sofrer racismo, que é o mais gritante. Eu ainda tenho muito medo de assumir o meu cabelo, de andar na rua com ele assim natural, justamente pelo medo das pessoas falarem e me ofenderem e justamente por eu ter o estereótipo do negro”. (K, 20 anos, ativista)

Quando perguntada sobre quais seriam os aspectos negativos de assumir o cabelo crespo natural a entrevistada de 20 anos, do grupo das ativistas respondeu de maneira incisiva que estes são inúmeros, e foi objetiva quando concluiu que “é, eu vou sofrer racismo”. Parece problemático que uma jovem de 20 anos se sinta constrangida e ameaçada pelo simples fato de usar seu cabelo crespo natural. Esse constrangimento e insegurança é atribuído por ela ao racismo que recai sobre o que, segundo ela, seria o “estereótipo do negro”, este estereótipo na verdade faz referência aos estigmas negativos que são naturalizados e disseminados socialmente acerca da população negra, a ideia de que o negro é feio, que não tem higiene, ou que oferece perigo à sociedade, por exemplo.

Três entrevistadas relataram que não percebem aspectos negativos de assumir o cabelo natural, porém, dessas três apenas uma faz uma ressalva com relação às piadas, que seriam um aspecto negativo, porém ela não as enxerga como algo relevante.

A necessidade de se criar uma resistência ao sistema racista e aos padrões estéticos através do uso do cabelo crespo foi relatado por uma das entrevistadas do grupo das não ativistas como sendo um aspecto negativo de ter assumido seu cabelo natural. A reação das pessoas com as quais as entrevistadas convivem foram as mais variadas, algumas tiveram apoio familiar outras não. No ambiente acadêmico o estranhamento não foi sinalizado, porém no trabalho tivemos alguns relatos de assédio moral, por conta do cabelo das entrevistadas.

Sobre as *consequências sociais percebidas*, após assumirem o cabelo crespo natural, as mulheres negras pesquisadas citaram: a exigência social de uma postura afirmativa de sua negritude, e isso implica, em alguns casos, um posicionamento político de combate ao racismo; a restrição profissional e discriminação sofrida no mercado de trabalho; os olhares curiosos e indiscretos das pessoas nas ruas; e por fim o fato de inspirarem outras mulheres e crianças negras a também assumirem seus cabelos crespos.

Sobre a afirmação política da negritude, no relato a seguir, a entrevistada percebe que ao usar o cabelo crespo natural as pessoas a associam à uma mulher negra militante.

“Acho que as pessoas me encaram mais enquanto uma mulher ativista e eu não entendo como elas fazem esse *link* assim, porque eu sei que é importante ter o cabelo natural, mas isso não é tudo”. (G, 18 anos, ativista)

Com relação às consequências sociais percebidas no campo do mercado de trabalho formal, o uso do cabelo natural gera insegurança nas entrevistadas, o que traduz o racismo velado existente no Brasil, onde o cabelo do negro é sim um fator de discriminação.

“Igual a entrevista de emprego quando eu fui dar aula pra faculdade... eu fiquei com medo de não conseguir por causa do cabelo. Quando eu cheguei na sala os alunos não me reconheceram como professora[...]mas eu acho que quando se assume o cabelo crespo, automaticamente vem alguma coisa junto, de você crescer [...] eu não sei, mas eu mudei muito! Eu não precisei mudar para ter o cabelo crespo, mas ter o meu cabelo crespo me obrigou a mudar. [...] Eu tenho uma estética que me obriga a ter uma postura em diversos meios que eu frequento” (M.D., 32 anos, não-ativista)

“Eu acho que a minha restrição, apesar das pessoas não falarem, é quanto à questão profissional, porque realmente eu não cumpro os requisitos que se esperam de uma mulher advogada”. (L, 29 anos, ativista).

Quando essa entrevistada, do grupo das mulheres negras ativistas, diz que “eu não cumpro os requisitos do que seria uma mulher advogada”, o que ela quer dizer, na verdade, é que o padrão de uma mulher advogada seria o de uma mulher branca e de cabelos lisos. Logo, pelo fato de usar seu cabelo crespo natural, atribuído ao corpo negro, essa mulher negra tem seu trabalho desqualificado. Nada muito novo, visto que é comum existirem expressões populares e naturalizadas na sociedade, como “serviço de preto” quando se refere à um serviço mal feito. Mais uma vez, o relato das entrevistadas mostra a relação existente entre o uso do cabelo crespo natural e a problemática do racismo brasileiro.

A respeito da rejeição social, que foi relatada também como uma das consequências de assumir o cabelo natural numa sociedade marcada pelo racismo, as entrevistadas disseram que se incomodam com os olhares de estranhamento que as perseguem nas ruas ou até mesmo nos locais de trabalho.

“No trabalho tem rejeição, as pessoas na rua mesmo, as pessoas não falam olhando para o meu rosto, as pessoas falam olhando para o meu cabelo e isso tem demais. Aqui em casa não, o marido, os filhos já acostumaram, mas na sociedade ainda tem muita rejeição, muita!” (P, 30 anos, não-ativista)

Sobre a questão da estabilidade no emprego, algumas entrevistadas disseram que o fato de serem concursadas e/ou funcionárias públicas as deixam mais seguras no sentido de usarem o cabelo como bem quiserem, sem o medo de sofrer alguma retaliação. Porém, apesar de não

correrem o risco de serem demitidas, por exemplo, por tal motivo, algumas delas sofreram assédio por conta do cabelo ou até mesmo por conta de terem assumido uma postura combativa frente às manifestações “sutis” de racismo dos colegas de trabalho.

“Sim, teve resistência e não foi tomada uma medida, assim, mais drástica, pelo fato de eu ser concursada.[...]Por isso, não tive nenhum tipo de retaliação, mas se eu tivesse em outro tipo de trabalho, se fossem as mesmas pessoas num trabalho onde eu pudesse ser punida de alguma forma eu teria sido punida sim! Se pudesse... se eu não fosse concursada, com certeza. Se eu trabalhasse com as mesmas pessoas, porque lá eles são bem conservadores” (P, 30 anos, não-ativista)

Essas mesmas também relataram que, caso não tivessem um emprego que as oferecesse estabilidade, ou até mesmo uma profissão que as oferecesse autonomia, a questão com o cabelo seria mais tensa, visto que a qualquer momento poderiam se ver expostas na concorrência do mercado de trabalho onde ainda se manifesta de maneira velada os requisitos de “boa aparência”.

“Ai, como eu já tenho o meu trabalho, como eu sou concursada, ai talvez se eu não tivesse um emprego, talvez as restrições seriam maiores pra conseguir um emprego, então tem gente que acha que isso 'ah porque cê [sic] tá, tipo, estabilizada, mas se você tivesse procurando você ia ter que mudar, não ia ser dessa forma'. (D.N., 33 anos, ativista)

“A profissão que eu tenho me permite trabalhar como autônoma também, mas tem muitas pessoas que não tem essa mesma flexibilidade e infelizmente existem empresas em que a pessoa vai chegar lá com aquele currículo lindo e maravilhoso e vão olhar pra você com o cabelo crespo e vão falar 'ai, você não tá no perfil da empresa' né? Ou 'se você quiser entrar no perfil você tem que dar um jeito nesse seu cabelinho'.” (N, 25 anos, não-ativista)

Sobre a sensação de estarem inspirando outras mulheres e crianças negras a também assumirem seus cabelos naturais, algumas entrevistadas disseram que este seria um aspecto positivo de assumirem seus cabelos naturais. Ser referência positiva para crianças negras no que diz respeito a estética é o que, segundo elas, vai proporcionar o fortalecimento da autoestima dessas crianças e dessas outras mulheres negras:

“A gente eu acho que inspira as meninas mais novas, ou até mesmo as mulheres que não tem o cabelo crespo, sabe? A elas se sentirem mais bonitas, do jeito que elas são sem precisar alisar. Eu sinto isso mais das crianças, sabe? Porque as meninas vão se enxergar do jeito que elas são[...].” (A, 25 anos, não-ativista)

“As vezes você fala assim, são pequenas coisas, mas as vezes você tá inspirando alguém que você nem sabe[...]então eu acho que é nesse sentido, de você mostrar pra criança que ela tem a sua beleza também, as vezes até um adulto. E a questão é

que essa criança vai crescer com muito mais autoestima.” (D.F., 22 anos, não-ativista)

“Então quando eu assumi o meu cabelo eu notei que, assim, igual a minha prima, ela entrou junto comigo, ela viu que ficou bonito, que dá certo, que a gente pode ter um cabelo crespo bonito, que a gente pode ser feliz, a gente pode ser livre. Ela foi junto comigo e a minha sobrinha de 4 anos [...] e eu acho que representatividade importa”. (K, 20 anos, ativista)

Neste momento, faz-se oportuno trazer uma reflexão sobre o significado da fala da entrevistada do grupo das ativistas, que diz que “representatividade importa”. Este seria um dos slogans do movimento de mulheres negras nas redes sociais.

Nas redes sociais, a discussão acerca da representatividade negra nos meios de comunicação tem ganhado cada vez mais espaço. Iniciada pela própria população negra no ambiente virtual e também fora dele o debate sobre a representatividade negra problematiza a falta de protagonismo dos negros nos veículos de comunicação e a importância de se oferecer visibilidade para essas pessoas para que elas se vejam e se sintam parte desses espaços, seja como consumidores ou como produtores.

Segundo essa entrevistada, é importante que as crianças negras consigam se ver representadas através de outras pessoas negras que estejam a sua volta, não só em casa, mas também na televisão, nas revistas, nos jornais e que essa referência seja positivada.

Uma mulher negra que usa seu cabelo crespo natural e o experiência de maneira satisfatória transmite a uma criança negra a mensagem de que o seu cabelo também é bonito, e que é possível gostar dele em sua forma natural.

Sobre as consequências sociais percebidas pelas mulheres negras entrevistadas que foram citadas acima o lugar comum na fala das entrevistadas foi que, a partir da decisão de não mais alisar o cabelo, o que ocorreu para todas elas, já na fase adulta da vida, foi que elas tomaram pra si uma postura mais afirmativa com relação a sua negritude, isso independente de fazerem parte de algum grupo de militância política.

Houve para todas elas o reconhecimento de seu pertencimento racial e a ressignificação do ser mulher negra de maneira positiva. Assumir o cabelo crespo é em certa medida assumir o corpo negro e assumir esse corpo as coloca socialmente num outro lugar, o lugar de mulher negra que se afirma enquanto tal e que portanto irá arcar com as consequências advindas dessa postura.

A partir daquilo que foi apreendido da fala das entrevistadas podemos concluir que, assim

como o referencial teórico já apontava, o uso do cabelo crespo está atrelado à condição racial das pessoas negras e sendo um dos componentes fenotípicos que demarca a negritude dos corpos, o cabelo crespo não pode ser pensado ou analisado, no caso desta pesquisa, fora do contexto racial brasileiro, onde vive-se um racismo institucionalizado porém não assumido, e onde o cabelo crespo e a estética negra ainda são vistos socialmente com olhares pouco receptivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo a caminhar para a conclusão deste estudo, é pertinente retomar o questionamento que foi gerado inicialmente para que fosse possível agora responder, a partir dos dados trazidos pelo campo, *quais são as motivações que levam mulheres negras a deixar de alisar o cabelo e quais as implicações subjetivas e objetivas deste ato?*

Na medida em que as motivações para começarem a alisar o cabelo vieram de dentro do seio familiar, sob influência das mulheres mais velhas de suas famílias, a partir de experiências conflituosas já vividas por estas com relação ao cabelo crespo, os processos de alisamento no geral começam ainda na infância, sob a tutela de um adulto. Depois passam a ser administrados pelas próprias meninas no período da adolescência em diante. Sinaliza, portanto, um período de transição entre a infância, onde um adulto (mãe, tia, prima etc.) cuidava, e a adolescência, onde adquiriam autonomia para cuidarem dos próprios cabelos. É nesse momento que é possível abandonar o penteado das tranças, tão desprezado por elas durante a infância, e optar por continuar alisando o cabelo e mantendo-o liso realizando a manutenção do penteado com a chapinha.

As mulheres negras entrevistadas sinalizaram que suas motivações para deixar de alisar o cabelo vieram de grupos e páginas de incentivo na rede social Facebook, onde era possível, através do diálogo com outras mulheres negras que também passavam pelo processo de transição capilar, fortalecer sua autoestima e seguir adiante na decisão de não mais alisar o cabelo. Algumas relacionaram a decisão de abandonar os alisamentos ao despertar para a questão racial, discutida dentro do grupo de militância do qual faziam parte. Nesse meio era frequente o questionamento sobre o lugar da mulher negra na sociedade e o que representa para a ela assumir sua negritude. A partir desse engajamento era possível localizar a questão do cabelo dentro dessa discussão racial, o que possibilitou para algumas das entrevistadas uma reflexão mais crítica acerca de sua rotina de alisar o cabelo. Daqui é possível extrair das falas das entrevistadas do grupo das ativistas, que assumir o cabelo crespo é um ato político de afirmação da negritude, porém, algumas entrevistadas do grupo das não-ativistas também percebem o ato de assumir o cabelo natural como um ato político.

O desejo de liberdade e emancipação também foi algo que as entrevistadas citaram como motivação para deixarem o cabelo natural novamente. Podendo evitar o desgaste físico que exige a manutenção do alisamento químico do cabelo seguido dos procedimentos de escova e chapinha e também podendo rejeitar uma padronização estética eurocêntrica imposta deste o período

escravocrata, essas mulheres ao assumirem o cabelo crespo natural estão negando uma estética embranquecida. Para algumas poucas, a necessidade de abandonar os alisamentos veio por conta de problemas de saúde, como queda capilar e queimaduras no couro cabeludo.

A respeito das implicações sociais percebidas por essas mulheres, entre aspectos positivos e negativos, é possível destacar que a sociedade ainda não convive bem com a presença de uma mulher negra de cabelo crespo natural. As piadas racistas e deboches vividos por elas durante a infância, na escola, vêm à tona novamente quando essa mulher assume seu cabelo. Os olhares de reprovação das pessoas nas ruas e o assédio sofrido no trabalho, por conta do cabelo, foram relatados pelas mulheres negras entrevistadas como sendo os aspectos negativos de deixarem o cabelo crespo e remetem ao período da infância, quando queriam alisar o cabelo para se furtarem desses conflitos raciais. Nesse momento, os grupos de militância se mostram como alicerces para as ativistas, incentivando essas mulheres a permanecerem nessa atitude afirmativa com relação ao cabelo e à negritude. Essas seriam as implicações sociais subjetivas.

A possibilidade de inspirar outras mulheres negras, crianças, jovens ou adultas a também experimentarem a liberdade de assumir o cabelo natural, também foi visto pelas respondentes como uma consequência social positiva.

Em termos de implicações objetivas, algumas entrevistadas relataram a questão do mercado de trabalho como um fator de insegurança para elas no processo de transição capilar e de assunção do cabelo crespo natural. Aquelas que o fizeram de uma maneira um pouco mais livre e sem receio, foram as entrevistadas que são funcionárias públicas e/ou concursadas¹² ou que são trabalhadoras autônomas, como é o caso da psicóloga de 25 anos entrevistada. Segundo elas, o fato de não poderem sofrer demissão simplesmente por terem assumido o cabelo crespo diante de uma hierarquia organizacional mais conservadora (com relação a padrões estéticos) ou o fato de não terem que disputar uma vaga no mercado de trabalho (seletivo não só a partir da qualificação, mas também a partir da aparência) as deixou mais à vontade para assumir o cabelo que ainda não é bem visto socialmente.

Dessa forma, sintetizando tudo aquilo que foi possível compreender com as entrevistas, percebemos que, mesmo com o advento da Internet, o acesso facilitado às discussões mais politizadas, a farta produção acadêmica a respeito da questão racial e as políticas de ações

¹² Cabe ressaltar a diferença entre concursado e funcionário público. O primeiro é aquele que necessariamente deve ter sido aprovado em concurso público. O segundo é aquele empregado da administração estatal, podendo ser ou não concursado. Dessa forma, neste caso, a entrevistada concursada não é necessariamente é uma funcionária pública.

afirmativas, no Brasil ainda é difícil o reconhecimento do racismo que desvirtua as instituições, desde a escola primária até as grandes organizações, como bem relataram as entrevistadas desta pesquisa.

Devido à limitação de tempo não foi possível apresentar e desenvolver melhor o conceito de Identidade, tratado por autores como HALL (2015), CASTELLS (2001) E CIAMPA (1991). Contudo, os referenciais com recorte racial, que tratam especificamente do processo de construção identitária do negro MUNANGA (2012), FANON(2008) E SOUZA (1983) foram empregados, favorecendo a compreensão desse fenômeno social.

A literatura referente à problemática racial no Brasil foi suficiente para que fosse possível delinear o contexto sócio-histórico-econômico em que está inserido o negro brasileiro, e onde, na pirâmide social, se localiza a mulher negra, objeto deste estudo. Porém, ao tratar de uma questão particular dentro do que tange à questão racial brasileira, apenas um material serviu como âncora, o trabalho da socióloga Nilma Lino Gomes (2008). *Sem Perder a Raiz* é uma obra pioneira no que se refere à relação do negro com o cabelo e com o corpo, e como um e outro estão relacionados no processo de construção identitária do negro brasileiro. Por isso foi o referencial teórico privilegiado, mais consultado e mais citado pela autora durante toda a pesquisa.

Neste trabalho a autora priorizou a obra de autores e autoras negras, brasileiros em sua maioria, como referencial teórico, na medida em que julga ser fundamental falar sobre questão racial a partir das considerações já realizadas por pesquisadores negros. Porém, essa escolha nem sempre isso foi possível. Não pode contudo usar esse mesmo critério na escolha de seus referenciais acerca dos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa.

Os aspectos metodológicos talvez pudessem ter sido aprimorados neste estudo, dada a escolha criteriosa das entrevistadas. Não resta dúvidas de que um grupo focal ou um trabalho com histórias de vida enriqueceria ainda mais este trabalho que buscou dar voz às mulheres negras que tem muito a dizer sobre sua infância, adolescência e vida adulta no que se refere a ser mulher, ser negra e ter o cabelo crespo.

Como oportunidade para novas pesquisas seria interessante focalizar quais seriam as diferentes percepções das mulheres negras ativistas e não-ativistas acerca do processo de alisamento capilar. Não foi possível, nesse trabalho, concluir se o significado do alisamento difere de um grupo para o outro. Será que a mulher negra engajada percebe a mulher negra que alisa o cabelo como submissa a um padrão estético eurocêntrico? Se sim, será que a mulher negra não-ativista pensa o mesmo a respeito? Ou ainda, questionar se as mulheres negras de cabelo crespo que são engajadas

hoje no movimento social (seja ele o movimento negro ou feminista) manteriam essa postura afirmativa com relação ao uso do cabelo crespo mesmo se, no futuro, deixassem se organizar em um coletivo. Ou ainda, perguntar para aquelas que disseram que o fato de inspirarem outras mulheres negras a assumirem também o cabelo crespo seria um aspecto positivo, como tem se dado esse processo de inspiração (ou persuasão).

Enfim, são muitas as questões que ficam e muitas são também as oportunidades de estudo sobre esse tema que, muitas vezes, é visto como sendo uma questão pouco relevante dentro de uma problemática maior que seria a questão racial. Porém, a relação da mulher negra com o cabelo crespo está longe de ser um recorte dentro do que seria a complexa questão racial no Brasil: é parte fundamental da discussão, para que possamos considerar a autoestima do povo negro e a partir dela, construirmos estratégias de desmistificação de estereótipos e, portanto, de enfrentamento ao racismo. Por esta mesma razão, o assunto que está longe de se esgotar nesta pesquisa.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. E. S. de. **Entre palavras e Silêncios:** memórias da educação de mulheres negras em Juiz de Fora – 1950/1970. 2009. 287p. Dissertação (Mestrado em Educação) – FAGED, UFJF, Juiz de Fora, 2009.

BRASIL. GLOBO. **42,3% das universidades federais do país têm cotas para negros e índios.** São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/04/423-das-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-negros-e-indios.html>> Acesso em: 31 mai.2015.

BRASIL. UOL. **Cresce número de quem se diz 'preto' e 'pardo'; grupo chega a 53% no país.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:< <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/09/18/ibge-n-de-autodeclarados-pretos-e-pardos-sobe-e-negros-sao-45-no-pais.htm>> Acesso em: 15.08.2015.

BORN, C. **Gênero e trajetória de vida e biografia:** desafios metodológicos e Brasil urbano. Sociologias, Porto Alegre, ano 3, n. 5, p.240-265, jan-jun 2001.

CAVALLEIRO, E. dos S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação, 1998. 240 p. (Doutorado em Educação) – USP, São Paulo, 1998.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Revista Estudos feministas. v. 10, n. 1, 2002.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas;** tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. 194 p.

FERREIRA, R. F. **O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente.** Psicologia e Sociedade; 14(1) UNIMACRO, 2002 p.69-86.

FERREIRA, R. F. **Uma história de lutas e vitórias:** a construção da identidade de um afro-descendente brasileiro. São Paulo, 1999 a, 281p. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, USP.

FRASER, M. T. D.; GODIM, S. M. G. **Da fala do outro ao texto negociado**: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Paidéia, UFBA, v. 14, p.139-152, 2004.

FREITAS, J. **Desigualdades em distâncias**: gênero, classe, humilhação e raça no emprego doméstico, 2011. 220 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – USP, São Paulo, 2011.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, N. L. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 376 p. (Cultura negra e Identidades).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). **Dossiê Mulheres Negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Organizadoras : Mariana Mazzini Marcondes [et al.] Brasília: IPEA, 2013. 160p.

KOFES, S. M. **Mulher, Mulheres**: Identidade, Diferença e Desigualdade na relação entre patroas e empregadas. Editora Unicamp, Campinas, 2000.

LEMOS, R. de O. **A face negra do feminismo**: problemas e perspectivas. In: WERNECK, J.; MENDONÇA, M. ; WHITE, E. C. O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vem de longe. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas / Criola, 2006. p. 62-67.

LIMA, M. **Serviço de branco, serviço de preto**: um estudo sobre cor e trabalho no Brasil urbano, 2001. 367 p. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

MOREIRA, D. BATISTA SOBRINHO, A. **Casamentos inter-raciais**: o homem negro e a rejeição da mulher negra. In: COSTA, A. de O.; AMADO, T. Alternativas escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina. São paulo: PRODIR/ FCC – Rio de Janeiro : ed 34, 1994. p. 81- 107.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. 3. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 93 p. (Cultura negra e Identidades).

PACHECO, A. C. L. **Mulher Negra: Afetividade e Solidão**(2008). Salvador : ÉDUFBA, 2013. 382 p. (Coleção Temas Afro)

PAIXÃO, M. M. E. **Uma rosa para meus cabelos crespos: experiência estética e política da imagem**. 2008, 155 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – CCH, UFMA, São Luís, 2008.

ROSA, C. S. **Mulheres negras e seus cabelos: um estudo sobre questões estéticas e identitárias**. 2014. 145 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – CECH, UFSCar, São Carlos, 2014.

SANTOS, D. do N. **Senhores e escravos, patrões e empregados: heranças escravistas em questão no momento em que se regulamenta o trabalho doméstico**. 2014. Artigo (Pós-Graduação em literatura e Cultura Afro-brasileira) – NEAB, UFJF, Juiz de Fora, 2014.

SERVA, M.; JAIME JR., P. **Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica**. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 1, p. 64-79, 1995.

SKIDMORE, T. E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro; tradução de Raul de Sá Barbosa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 332p. (Estudos brasileiros, v. 9).

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. 86 p. (Coleção Tendências, v.4).

APÊNDICE: ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Você pode me contar como era sua relação com o cabelo na infância?
Como ele era? Quem cuidava do seu cabelo? Que tipo de penteado costumava fazer?
2. Como era a aceitação do seu cabelo na escola?
3. Como foi a sua relação com seu cabelo durante o período da adolescência?
4. Quando e por quê você começou a alisar o cabelo? Foi uma decisão sua? Quem interferiu nessa decisão? Quais foram as motivações?
5. Quando você optou por deixar seu cabelo natural? Conte como se deu esse processo.
6. Você observou/observa que tipo de reação das pessoas com as quais você convive?
7. No ambiente escolar/acadêmico/no trabalho você sofreu alguma resistência com relação à sua escolha de usar o cabelo natural?
8. Quais seriam os aspectos positivos de assumir seu cabelo natural?
9. Quais seriam os aspectos negativos de assumir o cabelo natural?
10. Quais as consequências sociais você percebe?
11. Você é ligada à algum movimento social? Qual? Isso influenciou seu processo de deixar o cabelo natural? De que maneira influenciou?
12. O movimento social contribui de alguma forma para que você continue usando seu cabelo natural apesar das consequências?
13. Você percebe/estabelece alguma relação entre o uso do cabelo natural e identidade?